

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Gilvânia Antunes Meireles

ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DO
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS *CAMPUS* ARAÇUAÍ
POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Diamantina
2020

Gilvânia Antunes Meireles

**ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DO
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS *CAMPUS* ARAÇUAÍ
POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, pela linha de pesquisa: "Política, Cultura e Sociedade".

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Gomes de Paiva

**Diamantina
2020**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M514a

Meireles, Gilvânia Antunes.

Acesso e permanência dos estudantes quilombolas do Instituto Federal Do Norte De Minas Gerais Campus Araçuaí por meio de ações afirmativas no ensino superior / Gilvânia Antunes Meireles, 2020.

96 p.: il.

Orientadora: Adriana Gomes de Paiva

Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

1. Ações afirmativas. 2. Ensino superior. 3. Quilombolas. I. Paiva, Adriana Gomes de. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

GILVÂNIA ANTUNES MEIRELES

**ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS QUILOMBOLAS DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS
GERAIS CAMPUS ARAÇUAÍ POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao
programa de Pós-Graduação em **CIÊNCIAS
HUMANAS** da Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de
Mestrado**, como requisito parcial para
obtenção do título de **Mestra em CIÊNCIAS
HUMANAS**.

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a
Adriana Gomes de Paiva**

Data de aprovação 30/09/2020.

Prof.^a Dr.^a Adriana Gomes de Paiva - (UFVJM)

Prof.^a Dr.^a Kátia Honório do Nascimento - (UFVJM)

Prof. Dr. Sandro Vinicius Sales dos Santos - (UFVJM)



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Gomes de Paiva, Servidor**, em 19/10/2020, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Vinicius Sales Dos Santos, Servidor**, em 19/10/2020, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Kátia Honório do Nascimento, Servidor**, em 21/10/2020, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Agradecimentos

Gratidão! É uma palavra que faz parte do meu vocabulário diário e nenhuma outra consegue traduzir melhor o meu sentimento ao finalizar esse trabalho. Sempre digo que o meu mestrado foi um sonho que ficou adormecido por muito tempo, já estava meio “mofado”, mas ressurgiu com uma intensidade de fazer acontecer em 2017.

A partir do ressurgimento do sonho, vieram o medo, a insegurança de voltar ao espaço acadêmico depois de muitos anos, mas a coragem e a força sempre me impulsionaram. Nesse momento, começa a ação das “mil mãos” que me ajudaram a realizar o sonho.

Grata a Pablo que me fez acreditar que era possível, dedicou um tempo para orientar-me para a entrevista, acolheu as minhas angústias e que sofreu e vibrou comigo durante todo esse tempo. Obrigada a meu “amigo psicólogo”.

Grata ao Gasperim pelo apoio, incentivo e orientação desde a elaboração do projeto até a defesa.

Grata à minha orientadora Adriana Paiva. Sempre disse que ela foi a orientadora perfeita, de uma tranquilidade invejável. Foi a pessoa certa e na hora certa na minha vida. A sua delicadeza e gentileza me fazem “desacelerar”, acalmar para poder seguir. Lembro do nosso primeiro encontro, eu ainda me adaptando às 12 horas de ida e 12 horas de volta toda semana a Diamantina e ela disse: Gilvânia, “cuide das disciplinas, depois sentamos e começamos a escrever”. As palavras mais acalentadoras que eu podia receber naquele momento. Gratidão!

Grata a meus familiares e amigos que entenderam as minhas ausências e respeitaram a minha escolha.

Aos estudantes quilombolas do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG *Campus Araçuaí* cuja trajetória de acesso e permanência no ensino superior me instigaram a fazer essa pesquisa.

Agradeço às Professoras Kátia Honório e Ana Lage, que com suas leituras criteriosas e as orientações precisas na banca de qualificação contribuíram para eu concluir a minha dissertação.

Ao Fabiano, por sempre me apoiar com sugestões, indicações bibliográficas, empréstimos de livros. O do “Florestan” foi um deles.

Ao Jô Pinto por sempre responder aos meus inúmeros questionamentos sobre as comunidades quilombolas do Vale.

À Professora, amiga Regina, por chegar no *Campus* com “milhões” de livros para emprestar-me, por apoiar a minha pesquisa. Você é uma querida!

Ao IFNMG *Campus* Araçuaí e à cidade de Araçuaí por tanto aprendizado, tanta beleza e tanta riqueza. Obrigada pela acolhida, pelas tantas e ricas amizades. Araçuaí sempre esteve na minha história!

Ao IFNMG *Campus* Almenara, em especial, ao Professor Leonardo pelo apoio e amizade e ao amigo Inácio por dividir as angústias diárias.

À Livia, Sinara, Amanda, Arthur, Gil e todos os colegas-amigos do IF Araçuaí que me fizeram acreditar que era possível, porque “desistir é muito fácil”.

À minha filha, amiga e cúmplice, para quem eu dedico essa conquista. É por ela que levanto todos os dias com mais força e coragem para viver.

Aos colegas de mestrado, aos professores, muito obrigada. Agradeço enormemente a contribuição de todos vocês.

Enfim, agradeço a todos os companheiros que sempre lutam por mais justiça social e “ousam” defender os que de alguma forma, são excluídos na sociedade. São pessoas, que como eu, acreditam que é possível construir tempos menos sombrios e mais felizes.

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (BOAVENTURA, 2003, p .56).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar criticamente as políticas públicas e institucionais relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes quilombolas nos cursos superiores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG *Campus Araçuaí*, bem como os desafios para a sua permanência na Instituição. Nesse ínterim, para contextualizar a importância das ações afirmativas para as relações étnico-raciais, revisitou-se a literatura sobre a história dos quilombos como espaço de resistência, assim como o papel das ações afirmativas para que estudantes quilombolas tenham seu acesso e permanência no ensino superior. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental, com consulta a diversas reflexões teóricas que abordam a história dos sujeitos, a análise das políticas públicas e suas interfaces com as ações afirmativas. Além disso, foi apresentado um panorama da legislação que orienta as ações dos governos, assim como a compreensão dos estudantes quilombolas como sujeitos protagonistas no processo de aprendizagem. A referida pesquisa também contou com análise de dados sobre o acesso e a permanência de estudantes quilombolas no Instituto Federal supracitado. Espera-se que a presente pesquisa fomente uma reflexão crítica sobre a importância das políticas de ações afirmativas, apontando a necessidade ampliação do acesso e do acompanhamento da permanência dos jovens quilombolas no ensino superior, em especial no contexto da realização da pesquisa.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Ensino Superior. Quilombolas.

ABSTRACT

This research aims to analyze critically the public and institutional policies related to the access and the permanence of quilombola students in higher education courses of the Federal Institute of Northern Minas Gerais - IFNMG *Campus Araçuaí*, as well as the challenges for their stay in the same institution. In the meantime, to contextualize the importance of affirmative actions for racial ethnic relations, it is necessary to review the literature on the history of quilombos as a place of resistance as well as the role of affirmative actions so that quilombolas students have their access and permanence in higher education. Therefore, we appeal to an exploratory and bibliographical research along with several theoretical reflections about the subjects history and the analysis of public policies and their interface with affirmative actions, beside. In addition, we present a legislation overview which guides the government, the understanding of quilombolas as protagonists in their learning process. It is expected that this research will foster a critical reflection on the importance of affirmative action policies, pointing out the need for intervention for access and permanence of young quilombolas in higher education.

Keywords: Affirmative Actions. Higher education. Quilombolas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEAD – Centro de Referência em Formação e Educação a Distância
CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
COQUIVALE – Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFs – Institutos Federais
IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FCP – Fundação Cultural Palmares
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MNU – Movimento Negro Unificado
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PBP – Programa de Bolsa Permanência
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
PROINQ – Programa de Inclusão Quilombola
PROUNI – Programa Universidade para Todos
RFECT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
UERJ – Universidade do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UNB – Universidade de Brasília

UNC – União dos Homens de Cor

LISTA DE LEIS E DECRETOS

Decreto-Lei nº 1843, de 7 de dezembro de 1939 - Lei dos Dois Terços

Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012

Lei dos Direitos Civis, de 1964

Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003

Lei nº 11.096, de 13 de maio de 2005

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010

Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012

Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007

Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012

Projeto de Lei nº 470, de 06 de maio 2019

Projeto de Lei nº 3775, de 23 de julho de 2008

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO BRASIL E NA REGIÃO DENOMINADA VALE DO JEQUITINHONHA.....	16
2.1	A história dos quilombos no Brasil.....	16
2.2	Breve contextualização histórica e caracterização dos quilombos no Vale do Jequitinhonha.....	28
3	AÇÕES AFIRMATIVAS E A DUALIDADE: “ACEITAÇÃO /REJEIÇÃO”.....	37
3.1	O que são, onde surgiram e como têm sido aplicadas?.....	37
3.2	Panorama político e sociológico das políticas: Críticas e desafios	42
3.3	Cota racial ou social?.....	52
3.4	A importância das políticas de ações afirmativas para o ingresso no ensino superior para os jovens das comunidades quilombolas.....	57
4	O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS NO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, CAMPUS ARAÇUAÍ ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2019.....	60
4.1	O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG e o FNMG - <i>Campus Araçuaí</i>	60
4.2	As políticas de acesso e permanência dos estudantes quilombolas no IFNMG <i>Campus Araçuaí</i>	71
4.3	Recomendações para ampliação do acesso e permanência dos estudantes quilombolas nos cursos superiores do IFNMG <i>Campus Araçuaí</i>	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2003, iniciei o trabalho no cargo de analista educacional na Superintendência Regional de Ensino de Almenara – SRE, integrando a equipe que trabalhava com a inclusão de estudantes com deficiência nas Escolas Estaduais da localidade. A partir do trabalho com esse público específico, meu olhar foi se aguçando e pude perceber a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas e que atendessem às necessidades específicas dos diferentes grupos de estudantes.

Em 2016, saí da Superintendência Regional de Ensino de Almenara – SRE Almenara e iniciei o trabalho como pedagoga no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais *Campus* Araçuaí. Paralelo ao trabalho no IFNMG *Campus* Araçuaí tive a oportunidade de visitar várias comunidades quilombolas da região e constatei que muitos dos nossos estudantes pertenciam a essas comunidades. Realizei algumas visitas e, nas conversas com as famílias, percebi a importância para toda a comunidade da presença desses jovens em cursos superiores em instituições públicas da região. É esse o momento em que a inquietação teve início.

Para além das visitas, estive presente em uma reunião da gestão do IFNMG *Campus* Araçuaí com representantes da Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha – COQUIVALE¹, em fevereiro de 2017, na qual os representantes da comissão apresentaram as demandas relacionadas à temática da educação, como a dificuldade de ingresso dos estudantes nos cursos ofertados pelo IFNMG *Campus* Araçuaí e os desafios para a sua permanência e a sua conclusão. O representante da COQUIVALE destacou a importância de um acompanhamento dos estudantes quilombolas pela Instituição.

Associando as demandas das pessoas das comunidades e dos representantes da COQUIVALE e como integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI, ainda em 2017, foi dado início a uma proposta de acompanhamento desses jovens quilombolas dos cursos superiores do IFNMG *Campus* Araçuaí, através da realização de reuniões periódicas para discutir sobre as suas principais inquietações e dificuldades na Instituição. Nesse sentido,

¹ <https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-portal/360-portal-noticias-2017-1/14585-campus-aracuai-reforca-parceria-com-comunidades-quilombolas>

participei de um encontro com a presença de lideranças e pessoas das comunidades quilombolas que tinham jovens matriculados nos cursos superiores do IFNMG *Campus Araçuaí*.

Durante o encontro, que contou com a participação de professores, estudantes, lideranças regionais e demais integrantes da comunidade, houve um momento de apresentação da história das comunidades, apresentações culturais, levantamento de demandas e a certeza da possibilidade de construção de um espaço acadêmico mais diverso, plural e inclusivo.

Considerando a citada trajetória, senti a necessidade de realizar uma pesquisa sobre como as políticas de ações afirmativas contribuem para o acesso e a permanência desses sujeitos na Instituição. Em outras palavras: indagava quais práticas, ações, estratégias são efetivadas para garantir o acesso e a permanência desses sujeitos e para permitir uma vida acadêmica com mais plenitude e satisfação.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar criteriosamente as políticas públicas relacionadas ao acesso e à permanência dos estudantes negros, em especial dos estudantes quilombolas, nos cursos superiores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, bem como os desafios para a permanência deles na Instituição. Além do objetivo geral, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos: pesquisar a história dos quilombos no Brasil e no Vale do Jequitinhonha; explorar o conceito de ações afirmativas, onde surgiram e como têm sido aplicadas; apresentar a trajetória histórica para a implementação da política de cotas, bem como os argumentos contrários e favoráveis; apresentar dados e ações desenvolvidas e as recomendações para ampliação do acesso e da permanência de alunos quilombolas nos cursos superiores do FNMG *Campus Araçuaí*.

O presente trabalho se justifica a partir da necessidade de uma (re)leitura da legislação e da teoria sobre ações afirmativas; do despertar da consciência crítica diante das desigualdades persistentes no que se refere ao acesso dos estudantes quilombolas ao ensino superior, bem como da compreensão e do enfrentamento das questões sociais, políticas e econômicas que impedem a permanência desses estudantes no ensino superior. Além disso, a pesquisa se justifica para compreender como essas questões devem ser refletidas em políticas públicas.

Logo, é relevante para a produção de conhecimento científico comprometido com o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas oriundas das relações de poder estabelecidas acima, sobretudo, por pessoas não-negras.

Para tanto, é apresentada a história da população negra – da qual os quilombolas fazem parte – o que remete ao período de escravidão no Brasil. Homens, mulheres e crianças foram retirados à força do continente africano e, chegando aqui, foram submetidos ao trabalho escravo sem quaisquer direitos. Frente às opressões sofridas, a formação dos quilombos representou uma possibilidade de liberdade, de manutenção da cultura do povo africano escravizado, se apresentando como símbolo de resistência social, política e cultural.

O estudo da história dos quilombos no Brasil, em específico no Vale do Jequitinhonha, contribui para compreender melhor os desafios enfrentados pelos negros, para entender o seu contexto social, econômico e histórico e para justificar a necessidade da implementação de políticas com recorte sócio e étnico-racial.

É importante destacar que os quilombos, mesmo após a abolição, se mantiveram como uma forma de resistência. A Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), que aboliu a escravidão no Brasil, por si só, não garantiu aos ex-escravos condições dignas de viverem livres e com direitos assegurados na sociedade. Nenhuma política específica foi criada, levando-os a uma condição de completa marginalização.

Para Fernandes (1978):

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista. (FERNANDES, 1978, p. 20).

Após a abolição da escravatura não foram implementadas políticas para integrar o negro nos campos político, econômico e social, resultando em processos de exclusão (o que inclui a escolar também) e de desigualdade racial.

No tocante à educação negra, é recente a pesquisa sobre a temática. Para Cruz (2005), as fontes históricas que poderiam contar sobre as experiências educativas dos negros, como a educação nos quilombos, as escolas alternativas, a não aceitação dos negros nas escolas oficiais, não estão presentes no relato da história oficial.

Nas décadas de 1980 e 1990, surgiram mobilizações populares pela igualdade de negros e brancos e as universidades foram convidadas a repensar suas ações, considerando que os negros tinham acesso ao ensino superior, porém com muitas limitações. Isso se devia (e persiste ainda nos dias de hoje) à falta de oportunidades para a entrada nas universidades, à ausência de condições de permanência, à dificuldade de mobilidade para se estudar em universidades em outras cidades ou Estados, à retenção alta no ensino fundamental e médio, ao alto índice de analfabetismo, à baixa condição financeira, somadas à falta de ações afirmativas e à entrada precoce desses sujeitos para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, uma das estratégias para a democratização do acesso dos negros no ensino superior nas universidades públicas são as ações afirmativas, as quais consistem em políticas compensatórias que promovem a inserção de grupos minoritários, garantindo o acesso aos bens essenciais, no caso em exame, a educação. As ações afirmativas se mostram como importante medida para a inclusão social de grupos sub-representados.

[...] constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos. (PIOVESAN, 2007, p. 40).

Merece ser destacada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

As ações afirmativas representam uma forma de dirimir as desigualdades sociorraciais, democratizando o acesso ao ensino superior e nos apresentando a possibilidade de um futuro de mais igualdade racial.

Para a realização deste trabalho de pesquisa utilizar-se-á a pesquisa exploratória, que se desenvolveu a partir das seguintes etapas: primeiro, levantamento bibliográfico, depois o documental, legislativo e, por último, a busca de informações no IFNMG e em outras instituições de ensino superior.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002, p. 41).

A pesquisa se ancora em reflexões teóricas sobre a história dos sujeitos, na análise das políticas públicas e suas interfaces com as ações afirmativas. A legislação que orienta as ações dos governos foi levantada, assim como a compreensão dos quilombolas como sujeitos protagonistas no processo de aprendizagem.

Feitas essas considerações iniciais, apresenta-se a organização do presente trabalho: No primeiro capítulo é descrita a história dos quilombos no Brasil e na região denominada Vale do Jequitinhonha; o conceito de quilombo e a sua ressignificação no decorrer da história; as leis que foram instituídas; os quilombos existentes na região do Vale do Jequitinhonha e o reconhecimento e a importância do Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

O segundo capítulo tem por objeto analisar os conceitos de ações afirmativas, os argumentos contrários e favoráveis à sua aprovação e a trajetória percorrida até a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa sobre as políticas de acesso e permanência para estudantes quilombolas nos cursos superiores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais *Campus Araçuaí*. Além disso, nesse capítulo é feita análise dos dados quantitativos e qualitativos sobre as comunidades quilombolas de sua área de abrangência e o número de estudantes quilombolas que participaram do Programa Bolsa Permanência – PBP – nos anos compreendidos entre 2015 e 2019. Também são feitas recomendações para ampliação das possibilidades de acesso e permanência para construção de uma instituição aberta para incluir e acolher a diversidade.

Nas considerações finais sobre as ações afirmativas de acesso e permanência no ensino superior, são analisados os dados e o contexto da pesquisa, além de examinadas as suas limitações e as possíveis contribuições para a construção de uma Instituição mais acolhedora e mais acessível, especificamente, para os estudantes das comunidades quilombolas da área de abrangência do IFNMG *Campus Araçuaí*.

2 A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO BRASIL E NA REGIÃO DENOMINADA VALE DO JEQUITINHONHA

Neste capítulo, são destacados alguns aspectos da história dos quilombos no Brasil e na região denominada Vale do Jequitinhonha, as violências sofridas pelos povos africanos escravizados, sua resistência e sua grande contribuição para formação da sociedade brasileira.

O presente capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, fez-se o relato da história do tráfico dos africanos para o Brasil, a negação de direitos e a organização dos quilombos. Nessa perspectiva, para entender o contexto vivido hoje pela pelos quilombolas, é fundamental conhecer a sua história, a legislação e a importância dos movimentos sociais para que conquistas fossem efetivadas.

A segunda parte traz uma breve contextualização histórica do Vale do Jequitinhonha e sua constituição, além da história da formação das comunidades quilombolas na região, quais são e onde estão localizadas. Essa seção também apresenta os desafios para a certificação e reconhecimento das comunidades, a resistência da cultura do povo africano e as suas manifestações na cultura da região.

2.1 A história dos quilombos no Brasil

Apesar de não existirem dados precisos, foi no início do século XVI que se iniciou a história do tráfico da população africana, de diferentes etnias², para o Brasil. Tratava-se de um processo de imigração compulsória, marcada pelo uso da violência extrema visando à escravização. Naquele momento, a escravidão tinha o objetivo de garantir mão de obra para as lavouras canavieiras existentes no país. Foram milhares de africanos trazidos para o Brasil contra sua vontade, alterando os costumes e toda sociedade da época. Segundo Schwarcz:

[...] Neste país de larga convivência com a escravidão, onde o cativo vigorou durante mais de três séculos, estima-se, apesar dos dados imprecisos, a entrada de um total de 3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente: um terço da população africana que deixou seu continente de origem rumo às Américas. (SCHWARCZ, 2012, p. 37).

² De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. R USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32879/35450>>. Acesso em 12 de out. de 2020.

Moura complementa:

Milhares de negros escravizados eram enviados das costas do Golfo de Guiné, dos litorais de Angola e Moçambique para apetrecer a lavoura canavieira e outras atividades e passavam a fazer parte da sociedade colonial constituída por negros escravizados e escravizadores. Emergiram dessa relação dois fenômenos decorrentes do sistema escravista, quais sejam a fuga e a organização de quilombos. (MOURA, 1993, p. 13).

As fugas e a organização em quilombos sinalizavam a negação a toda opressão sofrida pelos africanos escravizados. Apesar de existirem outras formas de se rebelarem contra essa violência, como os suicídios, os assassinatos dos capitães do mato e as guerrilhas, os quilombos se apresentaram como a maior referência de resistência dos escravos e perpassaram todo o período de escravidão no Brasil.

Para o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES³ (2008) –, a palavra quilombo é originária do idioma banto, que deu origem a diversas outras línguas africanas e significa “acampamento” ou “fortaleza” e foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos. Ainda para Carneiro (1988), o quilombo representava “[...] a rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos” (CARNEIRO, 1988, p. 14).

Dessa forma, os quilombos se apresentavam como espaço de circulação de ideias, de preservação da memória e de materialização da resistência negra. Eles tinham diversas formas de organização e tinham proporções e duração diferentes. Moura (1981) apresenta a forma de organização dos quilombos:

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativoiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. (MOURA, 1981, p. 12-13).

A capacidade organizativa dos quilombos se fez presente durante todo o período escravagista no Brasil, sendo destruídos e reerguidos em outros espaços, sempre que se viam ameaçados. A terra, como espaço, é importante para pensar o grupo, mas não o define, prova disso era a capacidade de ressurgimento, sempre que perseguidos. “Quer dizer, a terra, base

³ O CEDEFES é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual.

geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo”. (LEITE, 2000, p. 344).

Para Almeida (2002), o conceito histórico de quilombo foi mantido, ou seja, foram utilizados para sua caracterização os mesmos componentes que empregados na “resposta ao rei de Portugal”.

[...] composto de elementos descritivos, foi formulado como uma “resposta ao rei de Portugal” em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1740. Quilombo foi formalmente definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele. (ALMEIDA, 2002, p. 47).

Esse conceito apresenta os cinco elementos que classificavam os quilombos: a fuga (os fugitivos); a quantidade; a localização (lugares de difícil acesso); rancho (a moradia); e o quinto, “que não se achem pilões nele” (pilão como símbolo de produção). Esses elementos definiram os quilombos e contribuíram para organizar o senso comum.

Daí a importância de relativizá-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se mostrou inclinada a interpretar o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta autossuficiência e negando a disciplina do trabalho. (ALMEIDA, 2011, p. 60).

Para uma melhor compreensão do que seja quilombo, é importante considerar a sua configuração territorial que, segundo Gomes (2015), remete a um território de luta e resistência no Brasil desde os primeiros anos do período colonial, quando foi denominado de mocambo e, posteriormente, quilombo. As comunidades quilombolas se formaram por diferentes processos e representavam a negação da sociedade escravocrata que oprimia os negros de toda forma. Nesse sentido, os quilombos se mostram como espaço de produção e preservação da cultura.

Segundo Barros (2012, p. 189), existia o tipo mais tradicional de quilombo, denominado histórico, que: “[...] organiza-se, este é o ponto que mais nos interessa, como uma sociedade distinta, como um mundo à parte [...]”. E o outro tipo mais abolicionista, nos fins do século XIX “[...] quilombo que já se forma no espírito de um verdadeiro movimento de liberdade, e não apenas como resultado de uma luta pela libertação”. (BARROS, 2012, p. 190).

Para Fiabani (2012), o quilombo histórico se caracterizava através dos processos de formação, reprodução e resistência. Os elementos principais que ajudavam no processo de

formação eram: a natureza como aliada, os conflitos com os senhores de engenho ocasionando as fugas e as razões que levavam a fuga como castigos, maus tratos e excesso de trabalho. Quanto à reprodução, segundo Fiabani, “o quilombo expandia-se através de dois mecanismos: um interno, a reprodução biológica; outro externo, pelo recrutamento, apropriação e incorporação de cativos, de ambos os sexos, e homens livres, marginalmente”. (FIABANI, 2012, p. 272). O terceiro processo que caracterizava os quilombos se referia à resistência.

Ainda sobre os tipos de organização dos quilombos, é importante destacar que no Brasil do século XIX coexistiam diferentes formas de quilombo:

[...] aqueles que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local; o aquilombamento caracterizado pelo protesto reivindicatório dos escravos para com seus senhores e os pequenos grupos de quilombolas que se dedicavam a razias e assaltos às fazendas próximas. (GOMES, 2018, p. 460).

Para Gomes (2018), os que se constituíam como comunidades, conseguiam produzir para subsistência e as “sobras” negociavam nos povoados vizinhos; os reivindicatórios se aquilombavam no interior das propriedades dos senhores até seus interesses serem atendidos. Eles lutavam por transformações na sua vida e nas relações com os senhores. Por último, os pequenos quilombos, formados de 08 a 15 quilombolas que praticavam pequenos assaltos, faziam ataques a fazendas e povoados e cometiam assassinatos de fazendeiros.

Nas décadas que antecederam à assinatura da Lei nº 3.353, de 13 e maio de 1888 (Lei Áurea), que declara extinta a escravidão no Brasil, uma nova configuração já se fazia presente. Eram os quilombos abolicionistas. A população negra começa a pautar suas lutas numa perspectiva mais coletiva, considerando a escravidão como desigualdade social e intensificando o movimento pela libertação de todos os escravizados e o fim da escravidão.

Após a assinatura da Lei Áurea, em um processo de abolição mal-acabada, se mantiveram as formas arcaicas de dominação racial, nas quais ao negro era negada a condição de pessoa, conforme conceito utilizado por Florestan Fernandes (1978), obrigando-o a ocupar os lugares que a ele eram determinados.

O “branco” preservava ciosa e ferrenhamente a posição ativa e dominante da polarização “senhorial”. Enquanto o “negro” se conservava (ou era mantido) na

posição subordinada correspondente, como ainda fosse despido da condição civil de “pessoa”. (FERNANDES, 1978, p. 281).

A luta dos negros na sociedade de classes, após a abolição da escravidão, era desigual e desumana. Eles foram “jogados” na sociedade na condição de “ex-cativos”, sem nenhuma assistência do Estado e ainda concorriam, de forma desigual, com os imigrantes⁴ europeus que vieram para o Brasil, que eram mais bem preparados para o trabalho.

Nesse contexto, eles se transformaram na escória do trabalho operário na cidade. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, proclama a igualdade jurídica dos brasileiros, mas essa igualdade não se concretizou, já que não foram criadas as condições para que ela se efetivasse para todos.

Sendo assim, o negro permaneceu em uma condição cruel de desigualdade. Como não tinha trabalho, o negro era introduzido no “[...] ócio dissimulado”, na ‘vagabundagem sistemática’ ou na ‘criminalidade fortuita’; meios para salvar as aparências e a dignidade de ‘homem livre’. (FERNANDES, 1978, p. 28).

Diante desse contexto, uma nova configuração de quilombo, como elemento aglutinador das pautas dos militantes se faz necessária. Para Leite (2000):

Desde os anos 30, algumas vozes militantes defendem fortemente a ideia de reparação, da abolição como um processo inacabado e da dívida, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, seus efeitos simbólicos, geradores de novas situações de exclusão. A exclusão como fato e como símbolo. Os militantes procuram ver o conceito de quilombo como um elemento aglutinador, capaz de expressar, de nortear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, de dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a Abolição da Escravidão. (LEITE, 2000. p. 339-340).

A condição de homem livre, mas com a pobreza acentuada e a condição de segregação, se mantém e, por isso, a necessidade de luta pelos seus direitos. Leite (2000) reforça a necessidade de esclarecer a noção de quilombo como forma de organização e de luta pelos seus direitos negados.

Tudo isto se esclarece quando entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações. O

⁴ A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268360285.pdf>>. Acesso em 09 de out. de 2020.

quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas. (LEITE, 2000, p. 335).

A questão da desigualdade racial no Brasil, pouco explorada de forma sistemática, aparece de forma naturalizada, negando um problema que é estrutural e quase inconsciente. Existe um preconceito racial que é quase invisibilizado na sociedade. A desigualdade foi negada durante a história do Brasil e o mito da democracia racial teve um papel fundamental nisso. Ele foi o principal mecanismo discursivo para a construção da imagem de um país solidário, sem preconceitos, mantendo a dominação e o silenciamento dos grupos étnicos.

Para Munanga (2004):

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2004, p. 89).

O conceito acima considera que a raça não interfere na condição social que o indivíduo ocupa na sociedade e que existe uma relação harmônica entre todas as raças. Com essa defesa, o debate da desigualdade racial é evitado, impedindo que as pessoas negras tomem consciência dos privilégios das pessoas não-negras, o que inclui o acesso ao ensino superior.

A democracia racial trouxe a crença de que a raça não tem importância para a definição de oportunidades. O antirracismo que se desenvolveu no Brasil, por sua vez, consistia em não falarem raça para evitar qualquer problema racial. Sendo assim, denunciar o racismo e propor políticas sensíveis à raça é um grande desafio posto neste país. (SANTOS, 2007, p. 50).

O mito da democracia racial se desfaz quando os números são apresentados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2019 –, a população negra é a que mais sofre com o desemprego, tem uma renda menor, é a mais atingida pela violência,

bem como sofre restrições substanciais ao acesso aos direitos sociais básicos, como à educação e, mais especificamente, ao ensino superior⁵.

[...] afinal, contrariando a noção de universalidade de direitos no país, a história pregressa parece ter se mostrado mais duradoura do que o modelo de mistura racial e da democracia procurou veicular. As populações preta e parda não só apresentam uma renda menor como têm menos acesso à educação, uma mortalidade mais acentuada, casam-se mais tarde e, preferencialmente, entre si. (SCHWARCZ, 2012, p. 93).

A disparidade entre negros e brancos no Brasil era tão grande, que já não se pode sustentar que o problema fosse apenas econômico. O racismo é uma realidade que contribui para a manutenção da desigualdade. Ele está arraigado no seio da sociedade, até mesmo de forma institucional. Nas palavras de Guimarães (1999):

[...] a ciência social começa a abandonar os esquemas interpretativos que tomam as desigualdades raciais como produtos de ações (discriminações) inspiradas por atitudes (preconceitos) individuais, para fixar-se no esquema interpretativo que ficou conhecido como racismo institucional, ou seja, na proposição de que há mecanismos de discriminação inscritos na operação do sistema social e que funcionam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. (GUIMARÃES, 1999, p. 156).

O racismo institucional faz parte de ideologias, concepções que entendem como natural a condição de inferioridade de um grupo em relação ao outro. A condição de “naturalização das desigualdades” está impregnada de forma até inconsciente, mas muito consistente. Por esse aspecto, o racismo assume a característica institucional, estrutural, com grupos na condição de subalternos na sociedade.

Para Miles e Brown (2004), o racismo institucional se dá através de práticas excludentes, mas com discursos não racializados. A expressão racismo institucional foi utilizada para expor que qualquer ação que desfavorece um grupo social se apresenta como racista “[...] independente se tal reivindicação é ou não justificada por uma motivação refletida ou ideológica para a ação (ou inação)”. (MILES e BROWN, 2004, p. 71).

⁵ Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-u-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>>. Acesso em 24 de maio de 2020.

Para Carneiro (2003), a perversidade do racismo reside em três pontos: na negativa patológica da dimensão racial das desigualdades sociais, nos eufemismos utilizados para negar as diferenças entre brancos e negros, na recusa de mecanismos para reduzir as desigualdades sociais e a postergação para efetivar as ações de enfrentamento da realidade.

Nesse ínterim, o fortalecimento dos Movimentos Negros foi essencial para o enfrentamento ao racismo e para a luta pela reparação de direitos. De acordo com Pereira (2010), o Movimento Negro durante o século XX é dividido em três etapas.

[...] a primeira, do início do século até o Golpe de Estado Novo, em 1937; a segunda, do período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 40, até o Golpe militar de 1964, e a terceira, o movimento negro contemporâneo, que surge na década de 70 e ganha impulsão após o início do processo de abertura política em 1974. (PEREIRA, 2010, p. 89).

A primeira etapa, que se relaciona com os movimentos da década de 30, defende a ideia de reparação e de pagamento de uma dívida histórica. Na segunda etapa, destaca-se a criação da entidade União dos Homens de Cor – UNC. A UNC apresenta sua finalidade no 1º artigo do seu estatuto [...] “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. (DOMINGUES, 2007, p. 108).

A terceira etapa – o movimento negro contemporâneo – surgiu na década de 70, articulado a outros movimentos sociais e questiona o mito da democracia racial e a existência de relações harmônicas existentes entre os diferentes grupos étnico-raciais no Brasil.

Para Domingues (2007):

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (DOMINGUES, 2007, p. 101).

No contexto do Movimento Negro contemporâneo nasce o Movimento Negro Unificado - MNU⁶, com o objetivo de unificar a luta contra o racismo. O MNU definiu o dia

⁶ MNU – Movimento Negro Unificado – Quem somos? Disponível em: < <https://mnu.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 02 de jan. de 2020.

13 de maio, data da comemoração da abolição da escravidão, como um dia de luta contra o racismo e o dia 20 de novembro, dia atribuído à data da morte de Zumbi dos Palmares⁷, como o dia da Consciência Negra.

A figura do Zumbi é tão importante que a Lei nº 10639/03 não apenas estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" no âmbito das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio, mas também estabeleceu o dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra no calendário escolar, uma conquista muito importante para o movimento negro.

A escolha de Zumbi como representante do MNU marca um novo tempo da luta antirracista. Zumbi é considerado um dos símbolos de luta pela liberdade. Ele foi um líder quilombola no período colonial, se tornando símbolo da luta pela liberdade do Quilombo dos Palmares⁸.

Na perspectiva da luta antirracista, o MNU surge como um marco na história do movimento negro. “Uma das preocupações da entidade foi a de intervir na esfera educacional. Já no seu programa de ação, preconizava-se uma educação voltada para os interesses do “povo negro e de todos os oprimidos”. (DOMINGUES, 2007, p. 33). Na temática educacional, a entidade defendia pautas como a revisão nos currículos escolares com a inclusão da história da África e a formação dos professores.

Na década de 1980, a luta por uma sociedade mais democrática dos movimentos negros e de movimentos sociais se intensificou. O ano de 1988, de comemoração do centenário da abolição da escravidão, representou um momento histórico para as comunidades afro-brasileiras, pois seus direitos foram reconhecidos na nova Constituição.

O Art. nº 68 da Constituição da República de 1988, referente ao Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias – ADCT – da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 define: “Aos remanescentes das comunidades dos

⁷ Quem foi Zumbi dos Palmares? Disponível em <<https://almapreta.com/editorias/realidade/quem-foi-zumbi-dos-palmares>> Acesso em 24/11/2019.

⁸ O Quilombo dos Palmares, como ficou conhecido, tomava quase toda a extensão do Planalto da Borborema (27 mil km²). Seu ponto mais alto, a Serra da Barriga, era a sede do assentamento e estava situada no mocambo do Macaco, hoje a cidade de União dos Palmares. A escolha da serra como sede do vasto quilombo se deu por causa da localização, no oeste do território alagoano, longe dos portos e quase ao centro da Capitania de Pernambuco, a cerca de 200 metros de altitude, de onde poderia se ver toda a movimentação da área. (CORREIA, 2016, p. 64).

quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os seus respectivos títulos” e outra referência se encontra no art. 216 da referida Constituição: “§ 5º – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. A introdução do art. nº 68 do ADCT representa uma conquista para a comunidade negra. Reconhecidas as suas terras, inicia-se o processo de proteção jurídica de seus modos tradicionais de vida.

Em 1995, o Brasil se preparava para comemorar o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, ícone dos afrodescendentes no combate à discriminação e ao racismo e tramitava no Senado o projeto de lei da senadora Benedita da Silva⁹, primeira senadora negra no Brasil, mulher, professora, que regulamentava o procedimento de titulação imobiliária aos remanescentes das comunidades de quilombos.

Nomes como Zumbi e Benedita da Silva simbolizam a materialização de vitórias políticas da luta dos negros desde o tempo dos quilombos. Zumbi representa a luta contra o escravismo e, Benedita, a luta contemporânea contra as práticas racistas que se perpetuaram ao longo da história. Para além da temporalidade, há a permanência histórica da luta contra a discriminação que os tornam faces da mesma moeda.

Com vistas a fazer cumprir o estabelecido na Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003: “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” e em seu art. 2º define os quilombos como: “grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Nesse sentido, entende-se que o conceito de quilombo, para além das questões territoriais, significa a forma como um povo se organiza para expressar o desejo de afirmação

⁹. Benedita Souza da Silva Sampaio, nasceu em 26 de abril de 1942, no Rio de Janeiro. Mulher negra, foi vereadora, vice-governadora, governadora, deputada federal, senadora. Dentre outras obras, publicou: *Nação da Discriminação Racial* (1995) e *Cidadania: uma questão a ser resolvida* (1992). Disponível em < <https://www.camara.leg.br/deputados/73701/biografia>>. Acesso em 24/11/2019.

de sua identidade negra. Essa é utilizada como elemento de mobilização e mediação das reivindicações políticas e organização de pautas para os movimentos negros.

Para Gomes (2002), a identidade negra implica “[...] a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade”. (GOMES, 2002, p. 24).

Na perspectiva de construção de um projeto comum de nação, o Decreto nº 4.887/03 é importante para o movimento negro porque reconhece os novos sujeitos e o seu território, possibilitando a regularização de suas terras.

Para Leite (2010):

Ao contrário do que afirmam os opositores do Decreto, ele é um dispositivo que propicia a instauração de processos de regularização das terras ao mesmo tempo em que traz para a ordem jurídica a parte até então tida como inexistente. Ao reconhecer novos sujeitos até então alijados da lei universal, o dispositivo propicia aos insurgentes a possibilidade, não propriamente a garantia, mas a possibilidade, de entrada na ordem jurídica que os excluiu ou ignorou. É importante considerar que isto não acontece por uma dádiva do poder público, mas para atender às forças sociais em movimento, por uma insurgência persistente, que extrapola e alarga a concepção de direito, desde suas bordas. (LEITE, 2010, p. 24).

É necessário reconhecer as conquistas como resultado dos movimentos sociais e não como dádivas. Nessa perspectiva de luta e de conquistas foi instituída a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2017, com a finalidade de criar o cadastro geral de remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares – FCP que resolve:

Instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos quilombos a Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03. (BRASIL, 2007).

Para além da história e definição de quilombo, das conquistas ou das reparações feitas, é importante discuti-lo em uma outra concepção que não seja aquela relacionada ao resultado da fuga de negros, mas, sim, como um espaço de circulação de ideias, de resistência,

de preservação da cultura, de luta contra a negação de direitos e da dominação imposta aos negros escravizados, utilizando o argumento da inferioridade da raça, por exemplo.

O argumento da inferioridade da raça ajudou a proliferar o conceito de eugenia¹⁰, sinalizando que a miscigenação, apesar de ser um fato incontestável em nosso país, apontava para a sua decadência. Nesse sentido, “[...] o conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização, como concluía que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade”. (SCHWARCZ, 1994, p. 138).

Schwarcz (1994), relata que o Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro no I Congresso Internacional de Raças, em junho de 1911, defendia que a solução para o Brasil mestiço seria seu branqueamento em um século. “Para alguns cientistas e intelectuais da época, o obstáculo no caminho do desenvolvimento social seria superado com o branqueamento da população; para outros, somente condições sanitárias eficazes, extensivas às áreas rurais, poderiam aumentar a produtividade e a riqueza”. (TORRES, 1994, p. 4).

Para os cientistas brasileiros “era interessante referendar as posições dos cientistas europeus e americanos, porque significava transformar hierarquias sociais, políticas e econômicas em hierarquias naturalizadas”. (SCHWARCZ, 1996, p. 172).

A discussão apresentada ilustra como as teorias do início do século XX determinava a hierarquia das raças tendo sempre o homem branco no topo da escala. Nesse sentido, a história das conquistas dos negros escravizados é uma construção histórica e os quilombos são como espaços de luta e busca da cidadania negada por tantos anos.

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar, uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para discutir uma parte da cidadania negada. (LEITE, 2000, p. 349).

¹⁰ A palavra eugenia (do grego eu-, ‘bem’, ‘bom’, e -genéia, ‘evolução’, ‘origem’, ‘raça’) significa “boa linhagem”. A ciência da eugenia conhecida como “ciência da boa geração”, foi desenvolvida por Francis Galton (1822-1911), na Inglaterra, sob influência da leitura do livro *A origem das espécies* (1859) de autoria de seu primo, Charles Darwin. Acreditando serem as capacidades humanas resultantes muito mais da hereditariedade do que da educação, Galton propôs a procriação consciente através da união entre indivíduos “bem-dotados biologicamente” como forma de aperfeiçoamento social. (TORRES, 2008, p. 2)

Assim, os quilombos se apresentam como um local para discussão dos direitos historicamente negligenciados e como espaço de resistência e organização das lutas. Sendo organizados durante toda a história como espaços de resistência, os quilombos se espalharam por todo o Brasil. Em Minas Gerais, existem em grande número e o Vale do Jequitinhonha conta com quase um terço dos quilombos do Estado, como será analisado a seguir.

2.2 Breve Contextualização Histórica e Caracterização dos Quilombos no Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha foi instituído como região estatal na década de 1960, já que para o avanço desenvolvimentista daquele período era preciso desenvolver todos os “cantos” do país. Na época, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE, com o objetivo de realizar estudos e apresentar os caminhos para o conhecimento e desenvolvimento da região. Para Servilha (2012), a história do Vale do Jequitinhonha, enquanto particularidade, inicia-se com a criação da CODEVALE.

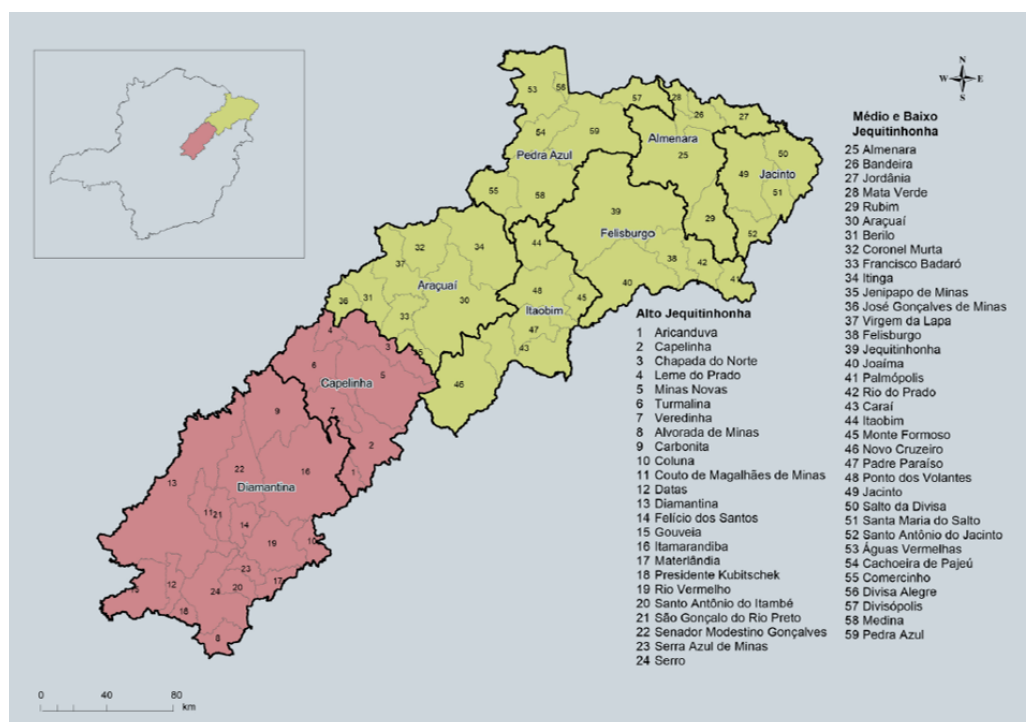
Não é possível a compreensão da emergência do Vale do Jequitinhonha enquanto uma região geográfica. [...] sem contextualizar tal processo no projeto nacional-desenvolvimentista iniciado nas décadas de 1950 e 1960. A busca pela modernização-urbanização-industrialização-integração nacional é o alicerce conjuntural para que determinados atores e espaços sociais ganhem visibilidade e novos olhares. (SERVILHA, 2015, p. 72).

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha¹¹ tem 59 municípios¹² e está dividida em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. No Vale do Jequitinhonha estão concentradas 30% do total de comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais.

¹¹ O Vale é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma das 12 mesorregiões do estado. Isso significa que essa área tem similaridades econômicas e sociais que a diferencia de outras. Particularmente, esse território representa 14% do estado. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/o-vale/sobre-o-vale-do-jequitinhonha/>>. Acesso em: 25 de jan. de 2020.

¹² “Hoje, o Vale do Jequitinhonha não existe oficialmente. Cada instituição apresenta um mapa diferente para a região. Só o governo de Minas tem três mapas diferentes em uso, fazendo variar de 53 a 74 municípios, quando na verdade são 80. Pode parecer uma questão menor, mas não é. Um povo que não conhece sua terra, não pode contribuir para o seu desenvolvimento.” (MARTINS, 2012, p. 164).

Figura 1 - Mapa do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Fundação João Pinheiro - 2018.

As comunidades quilombolas da mesorregião do Vale do Jequitinhonha têm sua história ligada ao último ciclo do ouro de Minas Gerais no século XVIII e meados do século XIX, período que predominava a mineração.

A exploração de ouro e diamantes na região utilizou-se da mão de obra de escravos africanos. As dimensões territoriais e a concentração de muitas áreas desocupadas no entorno do Distrito Diamantino¹³ favoreceram a organização de vários quilombos naquela época e que sobrevivem até hoje.

Souza (2003) apresenta as formas de ocupação do Vale:

No alto-médio Jequitinhonha (Serro, Diamantina, Minas Novas) e no norte do estado (Rio Pardo de Minas, Salinas) a ocupação do território se deu a partir do início do século XVIII. No baixo Jequitinhonha (Pedra Azul, Jequitinhonha, Almenara, Salto

¹³ RODRIGUES, Carmem Marques. "Distrito Diamantino". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Distrito_Diamantino>. Acesso em: 9 de dez. de 2019.

da Divisa), ela aconteceu somente um ou dois séculos depois. No alto Jequitinhonha, a atividade principal foi a mineração decorrente das bandeiras paulistas que chegaram às “minas gerais” a partir do final do século XVII. No norte de Minas e no baixo Jequitinhonha, a atividade principal foi a pecuária, que atingiu o território mineiro através do vale do São Francisco, o “rio dos currais”. Atualmente há predomínio da atividade mineradora no alto Jequitinhonha, predomínio da pecuária no baixo Jequitinhonha e uma atividade mista na região intermediária. (SOUZA, 2003, p. 107).

Conforme Souza (2003), a ocupação se iniciou no Alto Jequitinhonha, com o início do ciclo do ouro na região. No caso do Médio Jequitinhonha, a ocupação aconteceu logo após, também em decorrência da mineração.

Com o esgotamento da mineração no século XVIII, ocorreu no início do século XIX, um movimento de migração para o Baixo Jequitinhonha, dando início à formação de comunidades quilombolas.

No Baixo Jequitinhonha, a ocupação se deu no século XIX quando a região era ainda coberta por uma densa floresta tropical, pouco ocupada pela população branca e para onde os quilombolas fugiam devido às dificuldades de sobrevivência nas regiões áridas do vale e da condição de escravo. (CEDEFES, 2008, p. 114.).

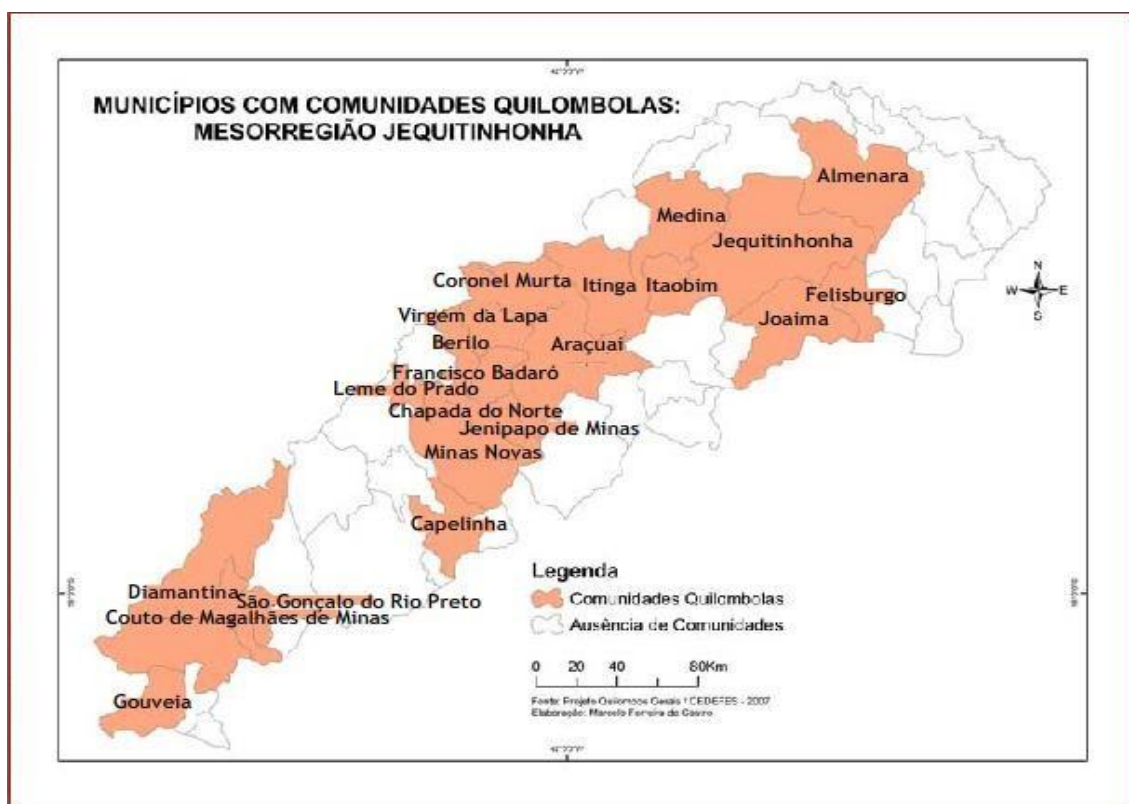
Atualmente, as comunidades enfrentam conflitos, principalmente, no tocante à terra. Apesar da legislação vigente, há um grande movimento para que sejam efetivadas as políticas públicas de regularização fundiária, reconhecimento, inclusão social e valorização de suas culturas.

Além dos conflitos pelo reconhecimento e titulação das terras, a monocultura do eucalipto na região ocasiona a escassez da água e vários problemas ambientais para as comunidades. Os eucaliptais fazem parte da proposta de desenvolvimento pensada para o Vale na década de 1960 e apesar das consequências, ainda representam uma fonte de emprego para a população. Nesse sentido, Calixto (2006) assevera que:

Esses eucaliptais fazem parte do cotidiano da população local há cerca de trinta anos, quando foram implantados na região, pretendendo resolver o problema da pobreza local. Chegaram trazendo em suas mudas a esperança de empregos para todos, de contenção do êxodo rural que assolava a região, crescimento econômico e muita fartura. (CALIXTO, 2006, p. 19).

O mapa abaixo apresenta os municípios da mesorregião do Vale do Jequitinhonha com comunidades quilombolas:

Figura 2 – Mapa das Comunidades Quilombolas em Minas Gerais



Fonte: CEDEFES, 2008, p. 113.

Segundo dados do Instituto CEDEFES (2007), existem 115 comunidades espalhadas por todo o território. Elas estão localizadas, na maioria, em locais de difícil acesso e a assistência do poder público é bem limitada.

Nos municípios de Berilo e Chapada do Norte, existe uma grande concentração de comunidades quilombolas. “O município com maior número de comunidades é Berilo que, ao lado de Chapada do Norte, Minas Novas, Virgem da Lapa e Araçuaí, compõem, no médio Jequitinhonha, a maior concentração de quilombos encontrada no Estado.” (CEDEFES, 2008).

A seguir são apresentados dois quadros. No primeiro será exibido o número de comunidades quilombolas, segundo CEDEFES, no ano de 2014, e no segundo, o número de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares até 02 de agosto de 2019.

Quadro 1 – Quantidade de Comunidades remanescentes de quilombos, no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2014

Municípios	Nº de Comunidades Quilombolas	Municípios	Nº de Comunidades Quilombolas
Almenara	1	Gouveia	1
Araçuaí	9	Itaobim	1
Berilo	21	Jenipapo de Minas	4
Capelinha	5	Jequitinhonha	6
Chapada do Norte	19	Joaíma	3
Couto de Magalhães	1	Leme do Prado	2
Diamantina	3	Medina	1
Felisburgo	2	Minas Novas	19
Francisco Badaró	3	São Gonçalo do Rio Preto	1
		Virgem da Lapa	13
Total			115
MINAS GERAIS			404

Fontes: CEDEFES (2007), ANJOS (2009) e INCRA (2013). Adaptação e compilação: DINIZ R. F.; MINÉ, G. O., 2014

Quadro 2 – Comunidades Quilombolas, no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, certificadas pela Fundação Palmares até 02 de agosto de 2019.

Municípios	Nº de Comunidades Quilombolas	Comunidades
Almenara	02	Marobá dos Teixeiras e Marobá.
Araçuaí	05	Arraial dos Crioulos, Baú, Córrego do Narciso do Meio, Córrego Quilombo, Giral.
Berilo	16	Alto Caititu, Muniz, Caititu do Meio, Mocó dos Pretos, Vila Santo Isidoro, Água Limpa de Cima, Quilombolas, Água Limpa de Baixo, Morrinhos, Brejo, Cruzeiro, Tabuleiro, Roça Grande, Vai Lavando, Barra do Ribeirão, Sanim, Lagoinha

Capelinha	01	Santo Antônio do Fanado.
Capelinha e Angelândia	03	Vendinha, Galego, Córrego dos Macacos.
Capelinha Veredinha	02	Fanadinho, Canoas.
Chapada do Norte	13	Gravatá, Moça Santa, Porto dos Alves, Poções, Porto Servano, Córrego da Misericórdia, Faceira, Córrego do Rocha, Córrego do Cuba, Córrego da Tolda, Água Suja, Córrego do Amorim, São João Piteiras.
Coronel Murta	01	Mutuca de Cima.
Diamantina	03	Mata Dos Crioulos, Vargem do Inhaí, Quartel do Indaiá.
Felisburgo	01	Paraguaí.
Francisco Badaró	03	Mocó, Passagem, Tocoíós.
Gouveia	01	Espinho.
Itinga	01	Jenipapo Pintos
Jenipapo de Minas	05	Vila Silvolândia, Lagoa Grande, Curtume, Martins, São José do Bolas.
Jequitinhonha	01	Mumbuca.
José Gonçalves de Minas	01	Estiva.
Joaíma	01	Rural Barreirinho.
Leme do Prado	01	Porto Coris.
Minas Novas	08	Quilombo, Macuco, Capoeirinha, Curralinho, Gravatá, Mata Dois, Pinheiro, Bem Posta.
Virgem da lapa	31	Jequitibá, Bugre, Quilombo (Alto Jequitibá), Campinhos, Capim Puba, Curral Novo, Lavrinha, Pacheco, Córrego do

		Brejo, Mutuca de Baixo, Onça, Pega, Santana, Malhada Branca, Água Limpa, Biquinha, Quilombo das Almas, São José, União dos Rosários, Morro Redondo, Gravatá, Massacará, Cardoso, Limoeiro, Vereda, Bela Vista, Córrego do Bonito, Cafundó, Vai-Vi, Coqueiros, Ouro Fino.
Total: 100		

Fonte: Fundação Palmares¹⁴

A partir dos quadros apresentados, verifica-se que há uma disparidade na quantidade de comunidades quilombolas por cidade, região, o que se justifica porque no segundo quadro estão especificadas somente as comunidades já certificadas pela Fundação Palmares e pelo fato de que ainda existem comunidades em processo de certificação, como as comunidades Córrego do Buracão, Ferreira e Samambaia do município de Chapada do Norte e Muquem em Jenipapo de Minas¹⁵.

O processo de certificação, segundo o § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 é feito pela Fundação Cultural Palmares, considerando a autodefinição, conforme preconiza a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT¹⁶.

O grande número de comunidades quilombolas na mesorregião do Vale do Jequitinhonha explica a ampla influência da cultura negra em sua formação e nas práticas cotidianas do povo como as manifestações culturais, artísticas e sociais. É importante destacar que esse número de comunidades é significativo, considerando uma região que ocupa em média 14% estado, e que essas comunidades são desconhecidas por parte substancial da população de Minas Gerais e do Brasil. Isso significa que o acesso e permanência da população quilombola no que tange ao ensino superior ainda é de pouco conhecimento por parte da população.

¹⁴ Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-02-08-2019.pdf>>. Acesso em 12 de nov. de 2019.

¹⁵ Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/em-analise-02-08-2019.pdf>>. Acesso em 07 de jan. de 2020.

¹⁶ Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/convencao-169-OIT.pdf>>. Acesso em 07 de jan. de 2020.

A região do Vale do Jequitinhonha teve uma grande influência da cultura negra em sua formação cultural, social e econômica, fato ainda presente na população atual, em seu espaço rural-urbano. Ainda se preservam várias comunidades rurais afrodescendentes reconhecidas antropológicamente ou não como quilombolas. Estas comunidades se formaram a partir da fuga de escravos das minas da região de Diamantina, Serro e de Minas Novas (Séc. XVIII e XIX). (LIMA; TUBALDINI, 2009, p. 4).

Apesar do descaso do poder público, no Vale do Jequitinhonha existe uma vasta diversidade cultural que se apresenta, principalmente, nas comidas, nas festas, rituais, representando a presença de raças e religiões.

Fogaça e Sydow (2017) nos fala dessa riqueza:

Rico é o Vale do Jequitinhonha sincrético, que abraçou todas as raças e religiões, de vastos recursos minerais e exuberante diversidade cultural. Rico é o Vale do Jequitinhonha vivo em luta e desenvolvimento, apesar de muitas vezes menosprezado por poderes públicos. Rico é o Vale do Jequitinhonha da Festa do Divino, de origem portuguesa, em celebração às fartas colheitas, ou da festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, devoção sedimentada pelos escravos vindos à força da África, trazendo na bagagem devoção e fé, além de farto conhecimento na exploração mineral. (FOGAÇA; SYDOW, 2017, p. 19).

A riqueza cultural do Vale se mantém viva nas comunidades quilombolas existentes. Elas se organizam preservando a memória dos seus antepassados e lutando para garantir os seus direitos, a sua identidade.

É importante explicitar melhor o conceito de comunidade, tratado ao longo do texto. Para isso, Tedesco (1999) nos diz:

A comunidade é um local de multissignificados e funções; é o espaço do jogo das trocas que, através de acordos e conflitos, tecem a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, pelo afeto, conhecimento mútuo, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, etc. (TEDESCO, 1999, p. 90).

Para além das vivências culturais, das trocas que permitiram que o legado da cultura negra se mostrasse em todos os âmbitos, as comunidades também enfrentam conflitos, principalmente, no tocante ao reconhecimento e titulação da terra. Apesar da legislação vigente, há a necessidade de organização e luta para que sejam efetivadas as políticas públicas de regularização fundiária, reconhecimento, inclusão social e valorização de suas culturas.

Fogaça e Sydow (2017) apresentam a seguinte definição dos moradores das comunidades quilombolas:

São eles, os ex-escravos, população negra que minerou, cavou, construiu, plantou, colheu e fez florescer um Vale de riquezas imensuráveis. Em suas costas estão as marcas do trabalho e também a alegria transmutada em festas e celebrações comemoradas por todas as cidades e comunidades. É deles a força por trás do processamento de todas as riquezas naturais que hoje identificam a região. Da culinária ao artesanato, da música e dança ao florescimento de municípios que só se desenvolveram, na época do padroado, pelo fortalecimento das irmandades sustentadas pela fé e religiosidade trazidas pelos escravos. (FOGAÇA; SYDOW, 2017, p. 19).

Os autores supracitados detalham contribuições dos negros escravizados em quase todas as áreas, inclusive a religiosa, e os apresentam como pioneiros e grande edificadores da cultura e economia. Destacam que as suas marcas estão registradas e presentes na história do Vale do Jequitinhonha.

Considerando o que foi exposto nesse capítulo sobre a história dos quilombos no Brasil e a breve contextualização histórica e caracterização dos quilombos no Vale do Jequitinhonha é inegável a sua contribuição, como também são evidentes a desigualdade social e a negação de direitos dos negros que prevaleceu durante todo o tempo de escravidão e que se perpetuou na história do Vale e do país.

Hoje, essa população carece de uma reparação de direitos e isso se relaciona diretamente com a implantação e implementação das políticas de ações afirmativas que serão tratadas no capítulo a seguir.

3 AÇÕES AFIRMATIVAS E A DUALIDADE: “ACEITAÇÃO /REJEIÇÃO”

Considerando o papel fundamental das ações afirmativas no Brasil e em outros países, passa-se a discorrer sobre os diferentes posicionamentos, contra e a favor da sua implantação, as leis que garantem o direito à educação em uma lógica de inclusão prevista na Constituição Federal de 1988 e todo o percurso trilhado para se chegar à legislação atual.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira, são apresentados os diferentes conceitos de ações afirmativas, o seu surgimento e como elas têm sido aplicadas. A segunda mostra o panorama político, explicitando toda legislação que subsidiou a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso dos negros nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Por fim, o terceiro e último item traz uma discussão sobre cotas raciais ou sociais, pois existem os contrários às cotas raciais que defendem políticas mais universalistas com a alegação de que elas atenderiam a todos, não havendo necessidade de cotas específicas. Além das discussões, projetos de Lei contrários às cotas raciais têm sido defendidos, como o caso do Projeto de Lei nº 470, de 06 de maio 2019¹⁷ no Rio de Janeiro, que pretende acabar com as cotas¹⁸ em Universidades públicas estaduais.

3.1 O que são, onde surgiram e como têm sido aplicadas?

As ações afirmativas são políticas que buscam alocar recursos em benefício de grupos que foram excluídos ou marginalizados na sociedade. Nesse sentido, elas contribuem para garantir que parcelas da população que foram historicamente marginalizadas, como a população negra, aumente o índice de participação no processo educacional, principalmente em relação ao acesso ao ensino superior.

¹⁷ Projeto de Lei nº 470/2019. Disponível em:

<http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvMmY3N2U5MDIxMWYxNjk5ZDgzMjU4M2YzMDA1OGI1ODc/T3BlbkRvY3VtZW50>. Acesso em 25 de nov. de 2019.

¹⁸ Projeto de lei pretende acabar com cotas em universidades do Estado. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5640615-projeto-de-lei-pretende-acabar-com-cotas-em-universidades-do-estado.html#foto=1>>. Acesso em 18 de jan. de 2020.

Para Pascual (2005), as ações afirmativas surgem como uma forma de reparação dos prejuízos causados contra povos, grupos sociais e culturas e representam uma forma de resgatar a cidadania e a dignidade de sujeitos historicamente silenciados.

Santos (2005) afirma que:

[...] ação afirmativa é uma política específica para determinados grupos sociais que foram e/ou ainda são discriminados em função de algumas de suas características reais ou imaginárias. Essa política pode ser implementada pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo pela iniciativa privada. (SANTOS, 2005, p. 23).

Apesar de no Brasil as ações afirmativas serem vistas como originárias dos Estados Unidos, Vakil (1985) afirma que as reservas de vagas surgiram na Índia, a partir da Constituição de 1950, proporcionando o acesso ao ensino superior de grupos populacionais segregados socialmente. Nos Estados Unidos, a história de segregação entre negros e brancos foi legitimada por décadas pela doutrina, aparentemente inocente, que defendia o lema “separados, mas iguais”. Com essa doutrina, era garantido teoricamente o princípio da igualdade, mas a separação era um fato consumado, existindo espaços diferenciados para brancos e negros.

Como resposta a essa separação, nos Estados Unidos, surgem vários movimentos na década de 1960, de reivindicação democrática, pela igualdade de oportunidades, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos.

Nesse contexto, as ações afirmativas nos Estados Unidos foram inauguradas com a oferta de estímulos às firmas que oferecessem oportunidades para as minorias raciais. A marcha do Movimento Negro, em 29 de agosto de 1963, culminou com a promulgação da Lei dos Direitos Civis de 1964.

No Brasil, as políticas de ações afirmativas para a população negra são defendidas desde a década de 1930 por vozes de militantes de movimentos negros como uma forma de reparação e de pagamento de dívida de um processo de abolição mal-acabada, que gerou novas formas de exclusão. Nesse sentido, elas são entendidas como uma forma de inclusão social de grupos que foram vítimas de exclusão num tempo passado ou presente e que necessitam de ações de reparação pelos danos sofridos.

As ações afirmativas buscam garantir que o princípio da igualdade se efetive. Nas palavras de Gomes (2011):

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2011, p. 40).

Assim, configuram-se como medidas de reparação para as pessoas ou grupos que se apresentam em uma condição de desvantagem, oferecendo um tratamento diferenciado para que seja garantida a igualdade de oportunidades. Nesse sentido “[...] faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo” (PIOVESAN, 2008, p. 4).

No Brasil, em 1939, pode-se dizer que aconteceu a primeira tentativa do que hoje se denomina de ação afirmativa. O Decreto-Lei nº 1843, de 7 de dezembro de 1939, Lei dos Dois Terços, visava garantir a participação de brasileiros negros nas empresas.

Medeiros explica (2005):

[...] Lei dos Dois Terços, implementada na década de 1930 para garantir a participação majoritária de trabalhadores brasileiros nas empresas em funcionamento no Brasil, numa época em que muitas firmas de propriedade de imigrantes costumavam discriminar os trabalhadores nativos, sobretudo em São Paulo e nos Estados do Sul. (MEDEIROS, 2005, p. 123).

Nas décadas de 1980 e 1990, a partir de mobilizações pela igualdade entre brancos e negros, algumas mudanças começam a surgir no Brasil. Elas foram percebidas por algumas universidades que deram início a um repensar de sua postura social, aderindo às políticas de ações afirmativas.

Para Santos (1985a, p. 287): “[...] os jovens negros, para titularem-se tinham de recorrer à rede particular de ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas.”

Essa situação fez com que os “movimentos” em prol de condições de igualdade entre negros e brancos, tais como a grande demanda por acesso ao ensino superior, chegassem às universidades públicas, buscando condições diferenciadas para o acesso aos seus cursos de

graduação. Dentre os instrumentos adotados, destacam-se as políticas de ações afirmativas, que para Gomes (2003) consistem em:

[...] políticas (públicas e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e dos efeitos de discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física [...] impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas, visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (GOMES, 2003, p. 21-22).

A Constituição Federal de 1988 fomentou a discussão sobre direitos e políticas de reparação de direitos, refletindo em políticas de ações afirmativas, tornando, em seu art. nº 5º, o racismo crime inafiançável e imprescritível; reconhecendo a propriedade definitiva das terras quilombolas em seu art. nº 68 do ADCT, como pagamento de uma dívida histórica com a população negra, a qual foi historicamente violentada em seus direitos. Ademais, Constituição de 1988 reconhece a diversidade cultural como patrimônio a ser preservado e valorizado, conforme artigos nº 215¹⁹ e nº 216²⁰.

Além das questões apontadas, a Constituição de 1988 também institui a educação básica, que envolve a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, como obrigatória e gratuita, o que implica a ampliação das possibilidades de entrada no ensino superior.

Mais de 10 anos depois da Constituição Federal de 1988, já em 2001, aconteceu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, sendo o Brasil um de seus signatários.

A III Conferência Mundial, que foi um marco na luta anti-racista em escala internacional, teve reflexo interno. Assim, após muita pressão do movimento negro brasileiro, o governo lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos II, em 2002, que foi um conjunto de medidas apresentadas na perspectiva de promover os direitos da população negra [...]. (DOMINGUES, 2005, p. 167).

¹⁹ art. nº 215 da Constituição Federal de 1988. Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp>. Disponível em: 25 de nov.de 2019.

²⁰ art. nº 216 da Constituição Brasileira. Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Disponível em: 25 de nov.de 2019.

Destarte, é importante enfatizar que o Programa Nacional de Direitos Humanos II – PNDH II, recomenda que sejam adotadas medidas de caráter compensatório visando a eliminar a discriminação racial:

Adotar, no âmbito da União, e estimular a adoção, pelos estados e municípios, de medidas de caráter compensatório que visem à eliminação da discriminação racial e à promoção da igualdade de oportunidades, tais como: ampliação do acesso dos afrodescendentes às universidades públicas, aos cursos profissionalizantes, às áreas de tecnologia de ponta, aos cargos e empregos públicos, inclusive cargos em comissão, de forma proporcional a sua representação no conjunto da sociedade brasileira. (PNDH II, 2002, p. 16).

Como medida de caráter compensatório, destaca-se a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. É também denominada a Lei de cotas e busca equalizar a conta da desigualdade e reparar o descaso com que os negros foram tratados ao longo da história.

O Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, define as condições gerais de reservas de vagas e estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior. Há, também, a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação, que estabelece os conceitos básicos para a aplicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento dessas vagas.

Logo, as ações afirmativas visam a assegurar a igualdade de oportunidades. No Brasil, elas visam a garantir a efetivação do art. nº 5º da Constituição Federal de 1988: “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e os estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Além disso, na luta pela garantia dos direitos, as ações afirmativas aparecem como uma forma de promover o privilégio de acesso à educação, especialmente o ensino superior marcadamente excludente em nosso país, a um grupo que sempre esteve à margem dos processos, em uma completa condição de exclusão.

Para o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA²¹ (2011), as ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e que foram vítimas da exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Essa compensação, contudo, não pode ser realizada de forma a se cumprir meras formalidades de inserção de diferentes grupos sociais, raciais e étnicos em diversos espaços.

3.2 Panorama político e sociológico das políticas: Críticas e desafios

O avanço na democratização do acesso ao ensino superior na última década se deve à implantação das ações afirmativas nas universidades públicas federais e estaduais. As ações afirmativas como política de inclusão social foram utilizadas para a incluir setores sociais que, de alguma forma, são marginalizados e a eles negados os direitos. Nesse sentido, Gomes (2002) nos aponta que as políticas afirmativas já foram utilizadas outras vezes como forma de contemplar diversos setores sociais, como as mulheres, as pessoas com deficiência, entre outros.

As políticas de ações afirmativas de acesso são fundamentais para a democratização do ensino superior, corroboram para garantir nas universidades a presença de negros, indígenas e outros grupos que foram historicamente segregados. Pesquisas apontam para a sua eficiência²² e sinalizam para a necessidade de programas de acolhimento e atendimento diferenciado para garantia da permanência e conclusão dos cursos pelos sujeitos por elas atendidos.

Diante disso, essa pesquisa explicita a importância das referidas políticas de ações afirmativas e apresenta as ações desenvolvidas pelo IFNMG *Campus* Araçuaí nesse sentido. Ademais, as ações afirmativas contribuem para que a universidade seja um lugar de diversidade, no qual a pluralidade se faz presente. Ela se torna então um espaço democrático, quebrando a

²¹ O GEMAA desenvolve um panorama anual das políticas de ação afirmativa, procurando entender seus aspectos procedimentais e a magnitude do benefício conforme região, grupos contemplados, distribuição das vagas reservadas, entre outros aspectos. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/levantamentos/acao-afirmativa-ensino-superior-2011/>>. Acesso em 28 de nov. de 2019.

²² Um estudo da Folha aponta que estudantes cotistas têm bom desempenho na universidade. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/estudo-da-folha-aponta-que-estudantes-cotistas-tem-bom-desempenho-na-universidade>>. Acesso em 20 de jan. de 2019.

hegemonia de grupos que por séculos ali permaneceram, rompendo, dessa forma, com “[...] a condição histórica da universidade brasileira de servir de escola e de abrigo apenas para a elite branca que a criou”. (CARVALHO, 2002, p. 6). Uma maior diversidade na Universidade colabora para a ampliação dos seus padrões de qualidade. Para o Ministério da Educação e Cultura – MEC (2007):

[...] a diversidade na universidade brasileira, buscada por meio de uma maior presença e uma permanência com qualidade de maiores contingentes negros (e outras minorias políticas), passa a ser vista como um poderoso fator de promoção de um considerável salto de qualidade nos padrões acadêmicos e científicos nacionais. (MEC, 2007 p. 24).

Para negar ou justificar a ausência da diversidade na universidade, o discurso meritocrático sempre prevaleceu, reforçando o esforço individual, negando todo um contexto social e de oportunidades e servindo assim, para manter e reforçar as desigualdades. Piovesan (2007) alega que o diploma é como um passaporte para ascensão social e defende a democratização do poder, através do acesso à universidade:

Na esfera universitária, por exemplo, dados do IPEA²³ revelam que menos de 2% dos estudantes afro-descendentes estão em universidades públicas ou privadas. Isto faz com que as universidades sejam territórios brancos. [...] a universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É fundamental democratizar o poder e, para isto, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário. (PIOVESAN, 2007, p. 42).

Nessa perspectiva, as ações afirmativas se apresentam como uma possibilidade real de modificação do contexto das universidades. As políticas para o ingresso de negros nas universidades já faziam parte do cenário de algumas universidades, mesmo antes da Lei nº 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio. A Universidade de Brasília – UNB, em 2004, por exemplo, inovou com cotas somente para negros.

Cotas para negros: em 2004, a UNB sai na frente das universidades federais e inova com cotas somente para negros sem estar atrelada à escola pública e sem comprovação de renda. Inicialmente, inovou também com a controversa (e famosa) exigência da fotografia do candidato, hoje abandonada. (PAIVA, 2013, p. 55).

²³ IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Embora a UNB tenha sido protagonista na implementação de sua política de cotas, ela e outras universidades tiveram que enfrentar o dilema de garantir políticas de permanência, para que os estudantes negros não fossem novamente culpabilizados pelo seu fracasso.

[...] se não temos uma sólida política de permanência, podemos ter um sistema falido daqui a quatro ou cinco anos, em que pese o fato de mais uma vez as vítimas serem culpadas pelo processo; ou seja, os alunos negros (ingressos pelo sistema de reserva de vagas) podem ser culpabilizados por não terem sabido responder às oportunidades que lhes foram dadas, assim como foi feito no período pós-abolição. (SANTOS, 2007, p. 64).

Diante da consideração acima, cabe destacar que políticas de permanência têm sido executadas e existem pesquisas que apontam para os impactos positivos das ações afirmativas nas universidades. Paiva (2013) destaca que vários mitos foram derrubados, dentre eles:

Houve a queda de vários mitos, especialmente o temor de que os alunos beneficiários de AA²⁴ não teriam condições de acompanhar as exigências acadêmicas. Muito pelo contrário, não só a evasão foi semelhante àquela dos alunos que entraram pelo vestibular (é conhecida a enorme evasão nas universidades brasileiras), como seu rendimento tem sido semelhante aos desses alunos. (PAIVA, 2013, p. 62).

A realidade brasileira é marcada pela desigualdade social, ela atinge a população mais pobre que tem acesso precário aos serviços básicos como saúde, moradia, educação e é também vítima da violência extrema. Existe no país um processo que poderia ser comparado a um genocídio diante do alto índice de assassinatos de pessoas negras. De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que jovens e negros são as principais vítimas de violência no país²⁵:

A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. (IPEA, 2017, p. 2).

²⁴ AA: Ações afirmativas

²⁵Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>. Acesso em 27 de nov. de 2019.

Durante um período da história, as desigualdades eram legitimadas pela escravidão. Após a abolição da escravidão a desigualdade se perpetuou não mais de forma explícita, legítima ou legal, mas invisibilizada, negada e “naturalizada”.

Para Almir de Oliveira Júnior e Verônica Couto de Araújo Lima, respectivamente pesquisador do Ipea e acadêmica da área de Direitos Humanos da UnB, se no Brasil a exposição da população como um todo à possibilidade de morte violenta já é grande, ser negro corresponde a pertencer a um grupo de risco, pois a cada três assassinatos, dois são de negros. Somando-se a população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. (IPEA, 2013, p. 1)²⁶.

Se a desigualdade não aparece, não existe o problema e não se criam mecanismos para o seu enfrentamento. A mobilização dos movimentos negros, os estudos do IPEA e os dados do IBGE – deram visibilidade às desigualdades.

Do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros. (HENRIQUES, 2001, p. 27).

Frente a esse quadro, Munanga (2007) chama a atenção para as desigualdades apresentadas e para o fato de a educação ser considerada o ponto nevrálgico para todos os tipos de exclusão.

[...] Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres. Neste beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como uma das causas das desigualdades. (MUNANGA, 2007, p. 7).

É clara a diferença de acesso à educação decorrente de questões sociais e raciais. O direito à educação é assegurado na Constituição, porém, não se efetiva na realidade em prol de todos e em se tratando do acesso ao ensino superior, a situação é ainda pior.

Nas palavras de Gomes (2000):

²⁶Homicídios reduzem expectativa de vida dos negros. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20248>. Acesso em 28 de nov. de 2019.

Contudo, o acesso à universidade pública é ultralimitado: a seleção dos alunos se faz através de um exame classificatório (vestibular) no qual são aprovados, em sua maioria esmagadora, apenas os alunos egressos das escolas privadas da elite, que além de terem tido o privilégio de frequentar boas escolas indiretamente subvencionadas pelo poder público, dispõem de recursos financeiros para frequentar cursos específicos de preparação para tal exame de admissão ao curso superior. (GOMES, 2000, p. 401).

A partir dos dados mostrados, as cotas surgem como uma possibilidade de diminuição das desigualdades. A política de cotas não foi implantada com total concordância da sociedade. Foram vários os posicionamentos contrários à sua implantação. Segundo Munanga (2007) são eles: dificuldade para definição de quem é negro no Brasil; as cotas representariam uma injustiça com brancos pobres e índios; já teriam sido abandonadas nos Estados Unidos; criariam um clima de hostilidade entre brancos e negros; seriam inconstitucionais e atingiriam o orgulho e a autoestima dos estudantes negros.

Para Oliveira (2011):

Cotas não são um privilégio. É, na realidade, o exercício da democracia, respeitando a diversidade étnico-racial da nossa população e revelando a forma desigual como essa diversidade tem sido tratada pelo Estado e pela sociedade brasileira ao longo dos séculos. (OLIVEIRA, 2011, p. 180).

O argumento de que a Constituição Federal de 1988 teria sido escrita na base da democracia racial, esconde o racismo existente. Moore (2007) destaca que há um grupo que se beneficia com o racismo, usufruindo de privilégios e vantagens e que existe à sua disposição uma estrutura racista.

O racista se beneficia do racismo em todos os sentidos: econômica, política, militar, social e psicologicamente. [...] O problema não reside necessariamente no fato de que o racista se sente superior, mas no fato de que ele vive uma vida efetivamente superior à daqueles que oprime. O racista usufrui privilégios econômicos e sociais que são negados à população-alvo. (MOORE, 2007, p. 285-286).

Reconhecer o racismo existente e que o racista tem privilégios, que são negados a uma população alvo, contribui para refutar a inconstitucionalidade das ações discriminatórias. Denunciando o privilégio dos racistas, Bento (2007, p.165) diz: “As cotas de 100% nos lugares de poder em nossa sociedade não são explicitadas. Foram construídas silenciosamente, ao longo de séculos de opressão contra negros e indígenas, e foram naturalizadas em um contexto”.

Nesse sentido, há necessidade de implementar ações afirmativas que desnaturalizem esse contexto e contribuam para diminuição das desigualdades que, nessa situação específica, se referem às ausências do negro nas universidades brasileiras.

A justificativa de que a discriminação seria inconstitucional é contestada por Munanga (2007, p. 14) “inverter o raciocínio e ver na cota medidas de correção das desigualdades geradas pela discriminação que, apesar da lei, existe efetivamente e não como introdução de uma nova injustiça”.

Nessa mesma perspectiva, Munanga (2001) complementa:

Como disse Habermas, o modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual. Daí a justificativa de uma política preferencial no sentido de uma discriminação positiva não encontrar ressonância entre setores ditos progressistas da nossa sociedade. (MUNANGA, 2001, p. 34).

Tratar desigualmente os desiguais é considerar as diferentes trajetórias dos sujeitos, grupos e oportunizar que medidas de correção sejam aplicadas, pois o lidar de maneira igual seres com trajetórias e oportunidades distintas, resulta em reforçar as injustiças já perpetuadas.

Para Gomes (2000):

Dada a avassaladora predominância de uma visão conservadora nos meios jurídicos brasileiros, não constituiria nenhuma surpresa o eventual surgimento de corrente de pensamento tendente a desqualificar o fator étnico-racial como elemento determinante de legitimação para efeitos da ação civil pública. Aliás, uma tal corrente de pensamento não seria estranha às tradições jurídicas brasileiras, que tendem sempre a deixar de lado a discussão da essência das coisas para privilegiar a abordagem de aspectos secundários, periféricos, processuais. (GOMES, 2000, p. 395).

Na proposição de contestar a inconstitucionalidade das ações afirmativas, é necessário destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 206, I, preconiza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDBEN, no art. 3º, I dispõe que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Destarte, considerando o texto da Constituição Federal de 1988 e da LDBEN, as ações afirmativas se expressam como uma proposta para redução das desigualdades.

A partir das determinações legais confirmando o princípio da igualdade de acesso e permanência à escola, iniciativas de criar leis de reservas de vagas surgem nas universidades públicas. Em 2003, a Universidade do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade de Brasília – UNB instituem o sistema de cotas. O cenário se mostrava dividido entre assegurar ou não os direitos fundamentais de acesso e permanência através de cotas e assim surgiram várias manifestações a favor e contrárias às citadas leis.

[...] Todavia, percebe-se que, apesar da busca em se efetivar, concretizar a igualdade a partir do incentivo a políticas públicas que a implementem, emergem no seio social manifestações desfavoráveis às Leis das Cotas judicializadas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), como também na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). (BAYNA, 2012, p. 327).

Diante desse contexto, em 26 de abril de 2012 foi julgada a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas para negros pelo Supremo Tribunal Federal, sendo aprovada por unanimidade²⁷.

O Ministro Ricardo Lewandowski, em seu voto, manifestou-se a favor das cotas, discorrendo que: “o racismo persiste como fenômeno social, o que significa que a existência das diversas raças decorre da mera concepção histórica, política e social, e é ela que deve ser considerada na aplicação do direito” (LEWANDOWSKI, 2012, p. 23).

Ainda a favor da constitucionalidade das cotas, o Ministro Marco Aurélio de Mello (2012) argumentou: “[...] “segundo a capacidade de cada um” somente pode fazer referência à igualdade plena, considerada a vida pregressa e as oportunidades que a sociedade ofereceu às pessoas. A meritocracia “sem igualdade de pontos de partida” é apenas forma velada de aristocracia”. (MELLO, 2012, p. 7).

Nesse sentido, a aplicação das políticas de ações afirmativas é entendida “como ferramenta para a busca de uma igualdade material, isto é, que considere o contexto social constituído, por exemplo, por grupos minoritários”. (BAYNA, 2012, p. 329).

Outra justificativa utilizada para o posicionamento contrário às ações afirmativas em apreço seria a de que a entrada no ensino superior pelas cotas contribuiria para a diminuição

²⁷ Votaram pela constitucionalidade das ações afirmativas os ministros: Joaquim Barbosa, Rosa Weber, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello, Carmem Lúcia, o relator Ricardo Lewandowski e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto.

da qualidade do ensino. É necessário esclarecer que os testes não foram abandonados no processo de seleção dos estudantes negros, o que garante a sua qualificação. Nas palavras de Munanga:

[...] As cotas não serão gratuitamente distribuídas ou sorteadas como o imaginam os defensores da “justiça”, da “excelência” e do “mérito”. Os alunos que pleitearem o ingresso na universidade pública por cotas submeter-se-ão às mesmas provas de vestibular que os outros candidatos e serão avaliados como qualquer outro, de acordo com a nota de aprovação prevista. Visto deste ângulo, o sistema de cotas não vai introduzir alunos desqualificados na universidade, pois a competitividade dos vestibulares continuará a ser respeitada como sempre. (MUNANGA, 2001 p. 42).

O rigor na seleção continua, uma vez que existe processo seletivo e nota mínima para aprovação, o que desmitifica a ideia de que cotista não precisa estudar. Além disso, as cotas não acabam com algo inerente ao ingresso nas instituições de ensino superior, a saber: a acirrada competição que sempre existiu nos vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM²⁸ não está diferente.

Ainda na perspectiva da democratização do acesso ao curso superior, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI²⁹ e o Programa Universidade para Todos – PROUNI³⁰ representam importantes políticas de acesso. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e estabelece em seu artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

²⁸ O ENEM foi criado pelo MEC para testar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o ensino médio no Brasil.

²⁹ O REUNI tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Disponível em: < <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 29 de nov. de 2019.

³⁰ O PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em Instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Disponível em: < <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em 29 de nov. de 2019.

O PROUNI foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de maio de 2005 e estabelece em seu artigo 1º:

Art. 1º. Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

O Programa ampliou o acesso ao ensino superior, mas “[...] recebeu críticas de segmentos que apontavam, entre outros aspectos, que o programa se constituía em uma manobra do Executivo para favorecer as instituições de educação superior privadas, por meio de renúncia fiscal”. (MARQUES, 2015, p. 53).

Apesar das críticas, é inegável o avanço do acesso ao ensino superior nos últimos anos. Nas palavras de Paiva:

A história recente do acesso às universidades públicas e privadas no Brasil é fascinante. Temos presenciado uma mudança sustentada na ampliação do acesso à educação superior na última década, seja através da implantação da ação afirmativa nas universidades públicas federais e estaduais, seja com a criação de políticas que promovem maior acesso às instituições privadas como o ProUni. Também foi pensada uma política pública voltada para as universidades federais como o Reuni. (PAIVA, 2013, p. 41).

Além das políticas apresentadas, como forma de maior democratização do acesso ao ensino superior, foram criados os pré-vestibulares populares. Eles surgem como espaços alternativos, não-formais de ensino e representam um espaço privilegiado para a formação cultural, cidadã e intelectual dos jovens. O compartilhamento de experiências, vivências com professores voluntários, movimentos sociais, aproxima o jovem da realidade acadêmica e da realização do sonho de obter um título de curso superior. Para além da formação acadêmica, os pré-vestibulares populares orientam os jovens quanto aos seus direitos, dispositivos legais de ingresso e permanência na universidade.

Os Pré-vestibulares populares (PVP) fazem parte de uma mobilização coletiva que vêm sendo desenvolvida nos últimos anos pela democratização do ensino no país. Não se trata, portanto, de iniciativas isoladas, senão que reflete a preocupação nacional com a problemática do acesso à universidade pública e com o aumento da demanda pelo ensino superior impulsionada pela expansão do ensino básico, pela urbanização pelas transformações no mercado de trabalho. (ZAGO, 2008, p. 151).

Os pré-vestibulares populares surgiram na década de 1990 como proposta de organizações não-governamentais, de movimentos estudantis e de movimentos negros, com o objetivo de preparar os estudantes das camadas populares para o processo de seleção de entrada nos cursos superiores. Além dos conteúdos das provas de seleção, os pré-vestibulares populares propõem uma formação cidadã, com a discussão de assuntos, temas que contribuam para um melhor entendimento da realidade social. “[...] um movimento social, com caráter social, sem fins lucrativos e perspectiva antidiscriminatória e plurideológica, que luta pela democratização do acesso da população excluída à educação pública, gratuita e de qualidade.” (NASCIMENTO, 2003, p. 45).

Em uma proposta de entendimento da realidade social em que vivem, os estudantes têm a consciência das suas reais chances diante dos processos seletivos, das privações que sofreram ao longo do processo de ensino e das possibilidades que se apresentam no cenário atual. Os cursinhos são “ações políticas de atores engajados em projetos e ações que têm como eixo a transformação social da realidade por meio da preparação e do incentivo às classes populares a ingressarem no ensino superior gratuito” (CASTRO, 2005, p. 51).

Nas palavras de Souza:

Para além dos objetivos propostos, os cursinhos se apresentam como capazes de desenvolver a autoestima e confiança dos alunos. Além disso, o cursinho serve como base de estímulo e desenvolvimento da autoestima e confiança na capacidade de passar no vestibular, de fazer acreditar, tornando uma ideia, muitas vezes tão distante da realidade dessas pessoas, possível. O cursinho é uma via de aquisição de saberes indispensáveis, um locus de socialização importante, que auxilia esses indivíduos a realizar seus investimentos escolares. (SOUZA, 2009, p. 71).

Nesse sentido, os pré-vestibulares populares se constituem como importante espaço para aquisição dos saberes básicos para o vestibular, mas também como espaços de formação e estímulo. Os estudantes precisam conhecer as políticas de acesso e permanência existentes para que o acesso ao ensino superior seja algo tangível para eles.

3.3 Cota racial ou social?

As cotas representam ações afirmativas que visam assegurar o acesso de grupos específicos ao ensino superior. Segundo a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, as formas de

acesso no Brasil, pelo sistema de cotas, reúnem diferentes categorias. Tem-se as de recorte social, 50% das vagas deverão ser destinadas a estudantes de escolas públicas e que “[...] 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.” (BRASIL, 2012, p. 1) e as de recorte racial “[...] as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição.

Uma das marcas da desigualdade racial no Brasil apresenta-se no âmbito educacional e, mais especificamente, no Ensino Superior. Segundo dados do IBGE (2018)³¹, apesar das políticas já implementadas e das ações para universalização do ensino médio, a frequência de negros no ensino superior em 2018 foi de 18,3%, enquanto o percentual de brancos foi de 36,1 %, ou seja, o dobro. Os dados apontam para a necessidade de manutenção e intensificação das ações afirmativas como uma das estratégias de extrema importância para reparação do débito para com a população negra.

As cotas com recorte racial referem-se à reserva de vagas nas instituições de ensino superior para estudantes que se autodeclararam pretos e pardos, atendendo às especificidades da população negra³². Os defensores das cotas raciais asseveram que existe distinção entre os brancos e os não-brancos no tocante às oportunidades. Hansebalg (1979) trata das diferenças nas oportunidades para os não-brancos:

Nascer negro ou mulato no Brasil normalmente significa nascer em famílias de baixo status. As probabilidades de fugir às limitações ligadas a uma posição social baixa são consideravelmente menores para os não-brancos que para os brancos de mesma origem social. Em comparação com os brancos, os não-brancos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de status. Devido aos efeitos de práticas discriminatórias sutis e de mecanismos racistas mais gerais, os não-brancos têm oportunidades educacionais mais limitadas que os brancos de mesma origem social. (HANSEBALG, 1979, p. 220-221).

³¹ Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2020.

³² A Lei nº 12.288, de 20 de julho DE 2010, em seu artigo 1º estabelece: “População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em 08 de out. de 2020.

Os posicionamentos contrários à implantação das cotas se pautaram na negação do racismo. A negação do racismo para Moreira (2003) é uma forma de negar os privilégios da população não-negra, encobrindo assim, as desigualdades existentes.

Dentre os inúmeros fatores que irão contribuir para que possamos atingir o ideal de sociedade não racista, deve-se considerar a posição dos brancos a forma pela qual reagirão à perda de privilégios de que sempre desfrutaram exatamente pelo controle incontestado do Estado. (MOREIRA, 2003, p. 72).

Os contrários às cotas raciais defendem que elas contribuem para o aumento do racismo, da segregação entre brancos e negros e que a universidade seria dividida entre brancos e negros. Nas palavras de Martinho (2007).

O que mais me assusta nessa história toda é a crença, para aqueles que acham que o Brasil é um país racista, de que as cotas contribuirão para o enfrentamento do preconceito. É exatamente o contrário. Na medida em que políticas públicas começam a induzir pessoas a declarar sua “cor” para fins de emprego ou acesso à universidade, será difícil conter o racismo. Principalmente entre a população “branca” e “pobre”. (MARTINHO, 2007, p. 181).

Outro argumento utilizado pelos contrários às cotas é o da defesa de uma ação mais universalista, se opondo a qualquer política que atenda grupos específicos. Já os defensores das cotas, em momento algum são contrários à melhoria da escola pública, mas insistem na necessidade de políticas diferenciadas para grupos específicos, marginalizados ao longo da história.

Nas palavras de Munanga (2012):

Não conheço nenhum defensor das cotas que se oponha à melhoria do ensino público. Pelo contrário, os que criticam as cotas e as políticas diferencialistas se opõem categoricamente a qualquer política de diferenciação por considerá-las a favor da racialização do Brasil. [...] para alguns, a defesa da melhoria da escola pública é apenas um bom alibi para criticar as políticas focadas de ação afirmativa. (MUNANGA, 2012, p. 114).

Ainda no movimento contrário às cotas e na defesa de uma educação pública de qualidade para que a população negra possa competir em igualdade de condições, Santos (2003), argumenta:

[...] ao invés de cotas nas universidades ou no mercado de trabalho, é necessário uma política de educação pública e gratuita de qualidade, em todos os níveis, da educação infantil ao ensino superior, passando pelo ensino fundamental e médio, que instrumentalize a população negra, dando-lhe condições de competir em igualdade com os demais segmentos da população para o acesso à universidade e ao mercado de trabalho. (SANTOS, 2003, p. 112).

A necessidade de avanço na qualidade do ensino público é indiscutível, mas demanda mais tempo e maiores investimentos. As cotas raciais atenderiam aos jovens negros que desejam cursar o ensino superior e não tiveram o acesso a um ensino público de qualidade, competindo em condições desiguais com quem o teve. Assim, eles não podem esperar essa condição para garantir seu acesso ao ensino superior. Um ensino público eficiente possibilitará a entrada do jovem negro sem a utilização das cotas, mas, até lá, as cotas são necessárias, porque representam ações de reparação histórica.

Nesse sentido, Gomes (2001) esclarece o objetivo das políticas de ações afirmativas como uma forma de:

[...] eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores [...] (GOMES, 2001, p. 6-7).

É importante destacar que as políticas de ações afirmativas de recorte étnico-racial não negam as políticas universalistas. Entretanto, as políticas universalistas por si só não conseguem dar conta das desigualdades entre negros e brancos, sendo necessárias ações mais urgentes para grupos específicos, que sempre ficaram alijadas do processo.

Nesse sentido, Guimarães questiona:

Devem as populações negras do Brasil se satisfazer em esperar essa revolução do alto - ampliação dos direitos civis e das oportunidades de vida para as populações pobres - ou elas devem reclamar imediatamente e pari-passu, medidas mais urgentes, mais rápidas, apesar de terem um escopo bem mais limitado: medidas que facilitem seu ingresso nas universidades públicas e privadas, que ampliem e fortaleçam os seus negócios, de modo que acelere e se amplie a constituição de uma classe média negra? (GUIMARÃES, 2009, p. 189).

As cotas sociais têm um caráter universalista e reivindicam a reserva de vagas nos cursos superiores para estudantes com baixa renda que tiveram sua trajetória escolar em instituições públicas de ensino. Tais medidas visam a atingir várias sub-representações.

As cotas recebem posicionamentos contrários, dentre eles, o de que elas baixariam o nível das universidades e que contribuiriam para a estigmatização dos estudantes, que já entrariam com uma condição de inferioridade.

Contrapondo aos argumentos apresentados, existem pesquisas que demonstram que os estudantes que ingressaram na universidade através das citadas cotas apresentam um bom desempenho e as veem como democratização do acesso, justiça social, não implicando em diminuição da autoestima³³.

Contrariando os argumentos desfavoráveis às cotas, Janoário (2013), apresenta o levantamento feito na Universidade do Rio de Janeiro – UERJ, em 2003, que indica um desempenho acadêmico superior e índices menores de evasão dos estudantes cotistas em relação aos estudantes que ingressaram pelo sistema regular.

O primeiro levantamento sobre o tema, feito na Uerj em 2003, indicou que 49% dos cotistas foram aprovados em todas as disciplinas no primeiro semestre do ano, em relação aos 47% dos estudantes que ingressaram pelo sistema regular. A evasão entre alunas e alunos negros, no primeiro ano foi de 5%; entre os demais, de 9%. Na Uneb, a evasão entre alunos negros também foi menor, 1,9% em relação aos demais alunos, 2,7%². (JANOARIO, 2013, p. 193).

Ainda com o intuito de demonstrar a eficiência das cotas, Santos (2009) mostra o resultado de pesquisas realizadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA):

[...] a média dos estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas é superior a de seus colegas ingressos pelo sistema comum e a análise realizada esteve sempre centrada em apenas dois aspectos: 1) a de que os estudantes precisam provar, mais que os outros, a sua capacidade e 2) que estes estudantes se agarram com todas as forças a esta oportunidade. (SANTOS, 2009, p. 153).

É importante enfatizar que as pesquisas realizadas são anteriores à institucionalização da política de cotas, mas trazendo para um contexto atual, o jornal “O Tempo”, publicou um levantamento no ano de 2018 que mostra que estudantes cotistas se

³³ Ações Afirmativas, 15 anos: das cotas ao sucesso. Disponível em: <https://portal.ufba.br/ufba_em_pauta/acoes-afirmativas-15-anos-das-cotas-ao-sucesso-profissionais-contam-suas-historias>. Acesso em 07 de jan. de 2020. Porque as cotas raciais deram certo no Brasil. Disponível em: <https://istoe.com.br/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL/?pathImagens&path&actualArea=internalPage>. Acesso em 07 de jan. de 2020.

destacam em 95% dos cursos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG³⁴, o que ratifica a importância das cotas, não perdendo de vista que o aluno, beneficiário de uma política de ação afirmativa (cota), necessita, sim, de um olhar diferenciado por parte da instituição de ensino. Isso significa uma reorganização no sentido da implantação e ampliação de programas de assistência estudantil, como o auxílio-transporte, alimentação, moradia, etc. Não basta possibilitar o acesso, é preciso garantir também a permanência desses estudantes.

Outro ponto a ser considerado é que muitos dos estudantes negros que chegam à universidade representam o primeiro membro da família a ingressar em um curso superior e ela se organiza para ajudar nos custos da sua permanência na instituição. Diferente dos estudantes brancos, eles já chegam na universidade com a responsabilidade de buscar um futuro melhor para si e para a comunidade da qual fazem parte, o que faz com que tenham que se destacar academicamente, sendo sempre rodeados pelo “fantasma econômico” que assombra sua família e antepassados.

Após o ingresso no ensino superior, outra questão se apresenta: a permanência na Universidade. Em muitos casos, esses estudantes negros são os primeiros da família a ingressar na Universidade. Então, a família se reúne para ajudar nos custos de sua manutenção, sobretudo quando o jovem ingressa em cursos de alto prestígio. A Universidade é, para essas famílias, uma possibilidade concreta de mobilidade social e, conseqüentemente, a garantia de um futuro melhor. Daí serem “tecidas” estas redes de solidariedade, aqui chamadas de estratégias informais de permanência. (SANTOS, 2007, p. 59).

As políticas de ações afirmativas de recorte étnico-racial nas universidades permitem a construção de uma universidade que represente a realidade do nosso país, plural e diversa, com todas as cores e raças. Um espaço que oportunize aos sujeitos que ali estão a possibilidade de refletir sobre a sua condição e realizar a transformação, tão necessária para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais compassiva.

[...] a convivência entre alunos de diferentes classes sociais, de diferentes cores/raças, de diferentes visões de mundo, deve proporcionar uma visão mais plural e mais solidária dos futuros profissionais e, quem sabe, da futura elite dirigente do Estado Brasileiro. Essa é a permanência que buscamos, uma permanência que é duração e que é ao mesmo tempo transformação. (SANTOS, 2009, p. 196).

³⁴Alunos cotistas se destacam em 95% dos cursos da UFMG. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/alunos-cotistas-se-destacam-em-95-dos-cursos-da-ufmg-1.2070583>>. Acesso em 07 de jan. de 2020.

É necessário destacar que o acesso e a permanência na universidade pública para a população negra são permeados de dificuldades, desde a baixa qualidade da educação básica cursada à carência material e de informação. “O acesso à universidade pública de estudantes com perfil racial e de baixa renda, egressos de escolas públicas não é tarefa trivial, uma vez que a trajetória é injusta e perversa”. (BAYNA, 2012, p. 338).

Ainda nas palavras de Bayna:

[...] a política de cotas terá cumprido com sua finalidade quando houver melhora efetiva na educação básica de qualidade e o espaço universitário transformar-se em *locus* não só de formação acadêmica, mas também de formação de líderes que representem a diversidade de grupos sociais e sejam sensíveis aos benefícios para a sociedade advindos do pluralismo de ideias. (BAYNA, 2012, p. 342).

Garantir a equidade nas oportunidades educacionais no país é um grande desafio. Esse desafio se torna ainda maior quando discutida a questão dos estudantes negros e mais especificamente, dos estudantes de comunidades quilombolas.

3.4 A importância das políticas de ações afirmativas para o ingresso no ensino superior para os jovens das comunidades quilombolas

As políticas de ações afirmativas de recorte étnico-racial para o acesso ao ensino superior não contemplam especificamente a população quilombola, mas representam um avanço em termos de direitos para a população negra no geral.

Para Santos (2012), as cotas são, acima de tudo, um marco jurídico, de legitimidade legal no enfrentamento de desigualdades raciais persistentes. As comunidades quilombolas são um espaço nítido de resistência e enfrentamento ao racismo institucionalizado pelo Estado que precisa iniciar ações de reparo social e histórico. As cotas garantem uma relativa proteção às comunidades quilombolas que precisam ter acesso ao ensino superior para que não apenas compreendam sua história, mas possam preservá-la e interferir no seu futuro diante de políticas públicas que podem ser extintas.

Apesar da não existência de Leis que tratem especificamente de vagas para quilombolas no ensino superior, universidades como a Universidade Federal de Pelotas –

UFPeI³⁵, a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA³⁶ e a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT³⁷ contam com editais específicos para quilombolas. O edital da UFMT faz parte do Programa de Inclusão Quilombola – Proinq da Instituição, que prevê uma política de ação afirmativa exclusiva para ingresso de estudantes quilombolas. Ainda no sentido de ampliar e democratizar o acesso, a UFMT realizou parcerias para que o processo de seleção fosse feito na dependência das escolas das comunidades.

Iniciativas como a das universidades citadas são essenciais para que a pluralidade do povo brasileiro seja representada nas universidades. Para além da obrigatoriedade, as instituições se mobilizam para garantir a inclusão de minorias sub-representadas nos espaços considerados de poder, como é a educação.

A oferta de vagas específicas é prevista no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, a qual estabelece em seu art. 4º, § 3º que “Sem prejuízo do disposto neste Decreto, as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade”.³⁸ (BRASIL, 2012, p. 1).

Tendo em vista que as “ações afirmativas são medidas que visam a criar oportunidades iguais para grupos e populações excluídas do ponto de vista social” (Santos, 2012, p. 212), as cotas específicas para as comunidades quilombolas possibilitam uma maior representatividade para os quilombolas, excluídos social e historicamente por muito tempo e corrobora para a construção de uma sociedade com menos desigualdade, já que se deve entender o acesso à educação como uma possibilidade de mobilidade e transformação social.

Para além do acesso, as políticas para permanência dos estudantes quilombolas nas instituições de ensino superior são imprescindíveis para que a mobilidade e a transformação social se efetivem. Santos (2009) sustenta que existem dois tipos de desafios para a permanência

³⁵ EDITAL DE PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS, COODEC Nº 17 DE 10 DE JUNHO DE 2019. Disponível em: < http://concursos.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2019/06/SEI_UFPel-0577283-PROGEP-COODEC-Edital.pdf >. Acesso em 11 de jan. de 2020.

³⁶PROCESSO SELETIVO ESPECIAL QUILOMBOLA 2020. Disponível em: < <https://www.ufopa.edu.br/pseq2020/> >. Acesso em 10 de jan. de 2020.

³⁷ UFMT lança edital do Programa de Inclusão Quilombola. Disponível em: < <https://www.ufmt.br/ufmt/site/noticia/visualizar/36812/sinop> >. Acesso em 10 de jan. de 2019.

³⁸ Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm >. Acesso em 10 de jan. de 2020.

na universidade: os de natureza material, que implicam na necessidade de comprarem equipamentos didáticos e os de nuance operacional, que se acentuam no caso de cursos de alto custo que, além dos materiais, exigem dedicação exclusiva e a permanência simbólica, quando os jovens não se sentem pertencentes ao lugar e à cultura universitária.

Ainda para Santos (2009), a permanência é relacionada ao tempo, à duração, mas também às transformações que são construídas, através do diálogo, das interações estabelecidas. “Assim sendo a permanência é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência.” (SANTOS, 2009, p. 68).

Nesse sentido, não basta “abrir as portas” da universidade “[...] é preciso também garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica.” (GOMES, 2005, p. 258).

Considerando a importância das políticas de ações afirmativas, no próximo capítulo serão apresentadas as políticas para o acesso e a permanência dos estudantes quilombolas nos cursos superiores IFNMG, e, mais especificamente, no IFNMG *Campus Araçuaí*.

Para melhor compreensão dessa importância, será apresentado um quadro com o número de comunidades que fazem parte da área de abrangência do Instituto, as ações por ele desenvolvidas e as recomendações para ampliação do acesso e da permanência de seus estudantes quilombolas.

4 O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS NO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS CAMPUS ARAÇUAÍ ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2019.

O presente capítulo é constituído de um relatório técnico que tem por objetivo apresentar dados e ações desenvolvidas e recomendações para ampliação do acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos superiores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Campus Araçuaí.

Ele está dividido em duas partes. Na primeira, apresentam-se os Institutos Federais IFs– e, particularmente, o IFNMG *Campus Araçuaí*. Na segunda parte, são examinadas as políticas institucionais de acesso e de permanência. Nas políticas de permanência mostram-se as principais ações do NEABI e o número de estudantes que participaram do Programa Bolsa Permanência entre os anos de 2015 a 2019 e as recomendações a partir da análise dos dados.

4.1 O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG e o IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFECT, constituída por: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados durante 2º mandato do Governo do então Presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, na perspectiva de expansão e reordenamento da educação Profissional³⁹. Existem três marcos legais que dizem sobre a criação dos Institutos: o Decreto nº 6095, de 24 de abril de 2007, estabelece as “diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no

³⁹ A apresentação do IFNMG foi considerada necessária pela sua relevância regional, o fato da pesquisadora ser também servidora da instituição e também porque os dados são de um dos seus campi, no caso o IFNMG Campus Araçuaí. Ademais, a pesquisa faz parte de um programa de mestrado profissional, o que só reforça o compromisso da pesquisa e do pesquisador para com o IFNMG.

âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica”. O Projeto de Lei nº 3775, de 2008 que “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências” e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências”. O MEC considera os Institutos como política pública para a educação profissional e tecnológica que visa a garantir:

[...] a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliçados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social. (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 21).

Nesse cenário, os Institutos se apresentam como política pública de resgate da cidadania, em uma proposta de uma educação cidadã e transformadora, com capacidade de modificar a vida social.

[...] entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 18).

Considerando a educação como possibilidade de transformação social, os IFs devem “[...] garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliçados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil”. (PACHECO, 2010, p. 17). Nessa perspectiva os IFs devem atender as populações com maior grau de vulnerabilidade e que foram excluídas do processo educacional, como os quilombolas, sujeitos dessa pesquisa.

Entretanto, segundo Gouveia (2017), pesquisadores criticam a precarização da expansão da rede federal e reforçam que os IFs foram criados para atender aos interesses do capital “[...] a concepção de educação nos IFs se relaciona aos interesses do capital na reprodução lógica do empreendedorismo e da empregabilidade contida em seus projetos pedagógicos sob a primazia das competências.” (GOUVEIA, 2017 p. 3).

Os documentos do MEC refutam a ideia dos IFs como polo de formação de mão de obra e apresentam em seus princípios e diretrizes o compromisso com o desenvolvimento econômico, mas propõem “uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.” (BRASIL, 2010, p. 26).

Para Pacheco, representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC na época de criação dos IFs: “[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos.” (PACHECO, 2010, p. 14). Ainda segundo PACHECO (2010), a orientação pedagógica dos IFs deve pautar-se por uma formação com ênfase na compreensão do mundo do trabalho, que possibilite um olhar mais ampliado e que abra aos profissionais a possibilidade de reinventar-se no mundo e para o mundo.

Conforme documento elaborado pela SETEC/MEC⁴⁰, os Institutos se colocam como espaços diferentes dos existentes por oferecer educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, assumindo “[...] o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais”. (MEC, 2010, p. 19).

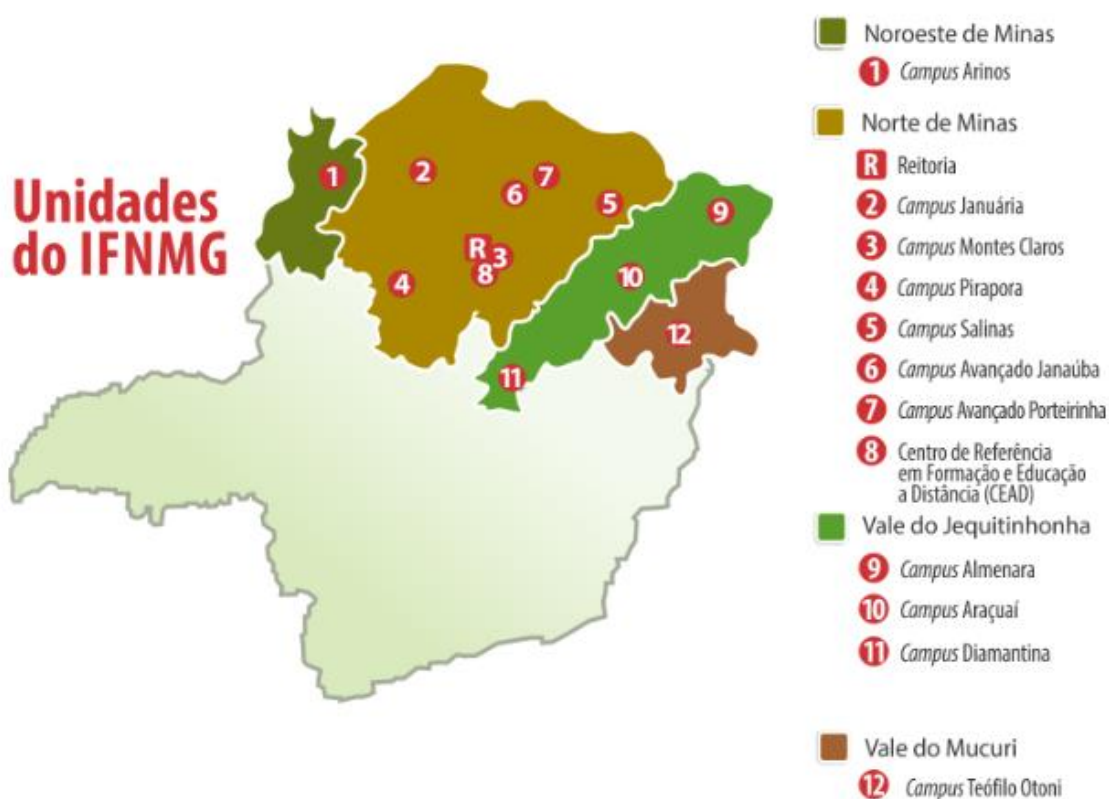
Foram criados 38 IFs, que estão presentes em todos os estados brasileiros. Em Minas Gerais estão 04 e, dentre eles, o IFNMG. O artigo 5º da Lei nº 11.892, define a criação do “Instituto Federal do Norte de Minas Gerais mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica de Salinas”. A Instituição conta com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (IFNMG, 2019), que estabelece, dentre outras coisas, a missão do IFNMG de promover uma educação pública de qualidade, através da junção entre ensino, pesquisa e extensão, apresenta a instituição como de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, que conta uma reitoria, sediada na cidade de Montes Claros (MG) e onze *campi* localizados nos municípios de

⁴⁰ Sua atribuição é formular, implementar, monitorar, avaliar e induzir políticas, programas e ações de Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, atua em regime de colaboração com os demais sistemas de ensino e os diversos agentes sociais envolvidos na área. (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>>. Acesso em 08 de out. de 2020.

Almenara, Arinos, Araçuaí, Diamantina, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni e o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – CEAD.

Na sequência, o mapa do IFNMG com a indicação dos seus campi. O IFNMG tem campi localizados nas seguintes regiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Figura 3 - Mapa de abrangência do IFNMG com a indicação dos campi



Fonte: Portal do IFNMG⁴¹.

Aproxima-se o olhar nesse momento para o IFNMG *Campus Araçuaí*, inaugurado em 19 de janeiro de 2010, obtendo autorização para funcionamento através da Portaria Ministerial nº 111, de 29 de janeiro de 2010. Iniciou suas atividades pedagógicas no dia 08 de

⁴¹ Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/ifnmg/conheca>>. Acesso em: 19 de nov. de 2019.

março de 2010 e atende ao objetivo de desenvolvimento regional com a oferta de uma educação profissional e tecnológica.

Atualmente o IFNMG, *Campus Araçuaí*, oferece os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente, Agrimensura, Agroecologia e Informática; técnicos Concomitante/Subsequente em Comércio, Suporte e Manutenção em Informática, o Curso Técnico em Enfermagem no formato Subsequente. Oferta ainda o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o Bacharelado em Administração e Engenharia Agrícola e Ambiental.

O IFNMG, *Campus Araçuaí* está situado na cidade de Araçuaí, na região do Médio Jequitinhonha e tem 17 municípios em sua área de abrangência, sendo eles: Araçuaí, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa⁴².

Constitui objetivo do Instituto ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, sendo a única instituição pública que oferta cursos superiores na referida região. Dessa forma, o IFNMG representa uma possibilidade de acesso ao ensino superior para população, e particularmente, para os estudantes das comunidades quilombolas, considerando que a região de abrangência do *Campus Araçuaí*, conta com 66 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP⁴³.

A seguir, é transcrito um quadro com os municípios da área de abrangência do IFNMG e as comunidades quilombolas existentes.

⁴² Informações retiradas do PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL (2017). Disponível em: < <https://www.ifnmg.edu.br/cursos/408-portal/aracuai/aracuai-cursos-superiores/engenharia-agricola-e-ambiental/17185-engenharia-agricola-e-ambiental> > Acesso em 12 de nov. de 2019.

⁴³ O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.

Quadro 03 - Municípios da área de abrangência do IFNMG *Campus Araçuaí* e as comunidades quilombolas certificadas existentes

Municípios da área de abrangência do IFNMG <i>Campus Araçuaí</i>	Comunidades quilombolas existentes
Araçuaí (05)	Arraial dos Crioulos, Baú, Córrego do Narciso do Meio, Córrego Quilombo, Giral.
Berilo (16)	Alto Caititu, Muniz, Caititu do Meio, Mocó dos Pretos, Vila Santo Isidoro, Água Limpa de Cima, Quilombolas, Água Limpa de Baixo, Morrinhos, Brejo, Cruzeiro, Tabuleiro, Roça Grande, Vai Lavando, Barra do Ribeirão, Sanim, Lagoinha.
Cachoeira de Pajeú (00)	
Chapada do Norte (13)	Gravatá, Moça Santa, Porto dos Alves, Poções, Porto Servano, Córrego da Misericórdia, Faceira, Córrego do Rocha, Córrego do Cuba, Córrego da Tolda, Água Suja, Córrego do Amorim, São João Piteiras;
Comercinho	
Coronel Murta (01)	Mutuca de Cima;
Francisco Badaró (03)	Mocó, Passagem, Tocoíós;
Itaobim (00)	
Itinga (01)	Jenipapo Pintos;
Jenipapo de Minas (05)	Vila Silvolândia, Lagoa Grande, Curtume, Martins, São José do Bolas;
José Gonçalves de Minas (01)	Estiva;
Medina (00)	
Novo Cruzeiro (00)	
Padre Paraíso (00)	

Pedra Azul (00)	
Ponto dos Volantes (00)	
Virgem da Lapa (21)	Jequitibá, Bugre, Quilombo (Alto Jequitibá), Campinhos, Capim Puba, Curral Novo, Lavrinha, Pacheco, Córrego do Brejo, Mutuca de Baixo, Onça, Pega, Santana, Malhada Branca, Água Limpa, Biquinha, Quilombo das Almas, São José, União dos Rosários, Morro Redondo, Gravatá, Massacará, Cardoso, Limoeiro, Vereda, Bela Vista, Córrego do Bonito, Cafundó, Vai-Vi, Coqueiros, Ouro Fino.
Total de comunidades certificadas: 66	

Fonte: Fundação Cultural Palmares⁴⁴.

O quadro mostra que dos 17 municípios da área de abrangência do IFNMG *Campus Araçuaí*, 09 contam com comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, com destaque para o município de Virgem da Lapa que tem 21 comunidades e está situado a 36,5 km da sede do campus.

Abaixo o quadro com o número de estudantes quilombolas beneficiários do Programa Bolsa Permanência nos IFNMG entre os anos de 2015 a 2019. O IFNMG *Campus Araçuaí*, aparece em segundo lugar no quadro, pois o IFNMG Januária conta com o maior número de estudantes quilombolas beneficiários do Programa Bolsa Permanência no IFNMG.

É preciso destacar que por ausência de outras informações não é possível verificar o número exato de matrículas, mas o número de estudantes beneficiários do Programa. Nesse sentido existe a possibilidade de estudantes quilombolas frequentarem os cursos, mas não serem beneficiários do PBP.

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-02-08-2019.pdf>>. Acesso em 12 de nov. de 2019.

Quadro 04 - Número de estudantes quilombolas beneficiários do Programa Bolsa Permanência matriculados no IFNMG entre os anos de 2015 a 2019

Número de estudantes quilombolas que recebem bolsa permanência no IFNMG					
Campus	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Almenara	00	00	00	00	01
Araçuaí	02	09	18	24	26
Arinos	00	00	02	08	10
Diamantina	00	00	00	00	00
Januária	21	28	47	91	100
Janaúba	00	00	00	00	00
Montes Claros	00	00	00	00	00
Pirapora	00	00	00	00	00
Porteirinha	00	00	00	00	00
Salinas	03	09	11	16	15
Teófilo Otoni	00	00	00	00	00
Total	26	46	78	139	152

Fonte: Relatório de gestão do IFNMG ⁴⁵ e Diretoria da Diretoria de Assuntos Estudantis e Comunitários do IFNMG.

No quadro acima pode ser constatado um aumento significativo de estudantes quilombolas no IFNMG, com um total de 26 estudantes em 2015 e 152, em 2019. A partir desse dado pode-se sinalizar que a informação sobre as políticas públicas e as possibilidades de acesso e permanência estão “chegando” nas comunidades. A mesma evolução numérica pode ser

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

observada no IFNMG Campus Araçuaí, que tinha 02 estudantes quilombolas participantes do PBP em 2015 e 26 em 2019.

Vale examinar o quadro abaixo, com o número de estudantes quilombolas dos cursos superiores do IFNMG Campus Araçuaí que ingressaram no Programa Bolsa Permanência, quais os cursos superiores que cursam e as comunidades as quais eles pertencem, entre os anos de 2015 a 2019.

Quadro 05 - Número de estudantes quilombolas dos cursos superiores do IFNMG Campus Araçuaí que ingressaram no Programa Bolsa Permanência entre os anos de 2015 a 2019, os cursos e a comunidade a qual pertencem.

Ano / Número	Curso	Número de Estudantes por curso / comunidade	Comunidades	Cidade
2015 (01)	Tecnologia em Gestão Ambiental	01	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
2016 (08)	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. (05)	01	Mocó dos Pretos	Berilo
		02	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
		01	Pega	Virgem da lapa
		01	Mocó	Francisco Badaró
	Tecnologia em Gestão Ambiental. (03)	01	Tocoiós	Francisco Badaró
		01	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
		01	Jenipapo Pintos	Itinga
2017 (14)	Tecnologia em Análise e	01	Caititu do Meio	Berilo

	Desenvolvimento de Sistemas. (01)			
	Tecnologia em Gestão Ambiental. (08)	01	Córrego do Narciso	Araçuaí
		04	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
		01	Vendinha	Capelinha
		02	Mocó dos Pretos	Berilo
	Bacharelado em Administração. (05)	01	Rosário de Cima	Virgem da Lapa
		02	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
		01	Tabuleiro	Berilo
		01	União dos Rosários	Virgem da Lapa
2018 (08)	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. (01)	01	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
	Bacharelado em Administração, (04)	01	Jenipapo Pintos	Itinga
		01	Quilombo das Almas	Virgem da Lapa
		01	Mutuca de Cima	Coronel Murta
		01	Rosário de Cima	Virgem da Lapa
	Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental. (03)	02	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
		01	Curral Novo	Virgem da Lapa
2019 (10)	Tecnologia em Análise e	01	Limoeiro	Virgem da Lapa
		01	Vila Santo Isidoro	Berilo

	Desenvolvimento de Sistemas (02)			
	Bacharelado em Administração. (04)	01	Córrego do Bonito	Virgem da Lapa
		01	Tocoiós	Francisco Badaró
		01	Jenipapo Pintos	Itinga
		01	Arraial dos Crioulos	Araçuaí
	Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental. (04)	01	Malhada Branca	Virgem da Lapa
		01	Jenipapo Pintos	Itinga
		01	Giral	Araçuaí
		01	Arraial dos Crioulos	Araçuaí

Fonte: CAEC – Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – IFNMG *Campus* Araçuaí

A partir dos quadros apresentados, fica evidenciada uma ampliação no acesso dos estudantes quilombolas nos cursos de ensino superior na Instituição aqui estudada, IFNMG *Campus* Araçuaí. Destaca-se a importância da manutenção das políticas públicas para permanência já existentes e a promoção de outras, para que esses sujeitos alcancem êxito na sua formação, contribuindo assim para a transformação da realidade e se tornando um “[...] profissional capaz de tomar decisões e resolver problemas, alicerçado nos princípios éticos comprometidos com a transformação e a justiça social. (IFNMG, 2019, p. 18).

As comunidades quilombolas mais representadas no quadro são as comunidades de Arraial dos Crioulos, com 15 estudantes, distribuídos em todos os quatro cursos superiores ofertados e a Comunidade Jenipapo Pintos, com 04 estudantes, sendo um matriculado no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, 02 no curso Bacharelado em Administração e 01 no curso Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental. É importante enfatizar que a Comunidade Arraial dos Crioulos está localizada na Zona urbana do município de Araçuaí, sede do IFNMG *Campus* Araçuaí e a Comunidade Jenipapo Pintos está localizada na Cidade de Itinga, situada

a 44 km de Araçuaí. Os números apontam para o deslocamento como um dos pontos a ser considerado para ampliação do acesso, pois existem municípios, como Chapada do Norte, que mesmo tendo 13 comunidades quilombolas certificadas, não tem nenhum aluno matriculado no IFNMG Campus Araçuaí. Chapada do Norte fica a 77 quilômetros de distância e parte do acesso ainda é de estrada sem pavimentação asfáltica. O curso com maior número de estudantes é o curso Bacharelado em Administração, com 13 estudantes matriculados, seguidos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental com 12 estudantes, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas com 09 estudantes e Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental com 07 estudantes.

Das 66 comunidades certificadas da área de abrangência do IFNMG Campus Araçuaí, 20 estão representadas no quadro, o que demonstra que é necessário ampliar as políticas de inclusão desses sujeitos.

4.2 As políticas de acesso e permanência dos estudantes quilombolas no IFNMG *Campus Araçuaí*.

As políticas públicas se apresentam como uma forma de fazer cumprir os direitos constitucionalmente assegurados. Nesse caso, elas representam medidas para a democratização do ensino superior através de ações que concorrem para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes quilombolas. Para RODRIGUES (2010):

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação). (RODRIGUES, 2010, p. 53).

As políticas de acesso e permanência ao ensino superior objetivam proporcionar uma nova realidade, um novo cenário nas universidades. Parte da população que antes não integrava esse cenário, aparece, ressignificando e desafiando os padrões até então existentes. Seria pensar a universidade no sentido mais plural e abrir-se para a diversidade e, nesse sentido, a permanência desses “novos sujeitos” oriundos das políticas de cotas é um grande desafio. Ela

representa a diversidade na Instituição, a inclusão de minorias, num espaço marcadamente elitista.

Para Rogério Diniz Junqueira:

A diversidade na universidade brasileira, buscada por uma maior presença e uma permanência com qualidade de maiores contingentes negros (e outras minorias políticas) passa a ser vista como um poderoso fator de promoção de um considerável salto de qualidade nos padrões acadêmicos e científicos nacionais. (JUNQUEIRA, 2007).

No IFNMG não existem leis que regulamentem a oferta de vagas de acesso específico para os quilombolas. Os estudantes são contemplados através das cotas de recorte étnico-racial. É importante destacar que existem instituições, como a Universidade Federal de Goiás – UFG, que através do Programa UFGInclui⁴⁶, tem processo seletivo para o acesso de quilombolas e indígenas e na UFOPA, em que há também um processo seletivo especial para quilombolas⁴⁷, sendo uma das exigências a apresentação da declaração de pertencimento à comunidade.

A questão da permanência no ensino superior tem como marco o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES voltada aos estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

A PNAES visa à promoção da “igualdade de oportunidades” a partir da assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O decreto é anterior à lei que instituiu a obrigatoriedade das ações afirmativas para ingresso nas instituições, mas considerando que com as cotas as instituições passam a lidar com um número maior de estudantes que antes não tinham condições de acesso, a política de assistência é ainda mais importante para assegurar a permanência desses estudantes.

⁴⁶ Disponível em:

<https://centrodelecao.ufg.br/2019/ps_ufginclui/sistema/editais/EDITAL_PS_2019_UFG_INCLUI_INDIGENAS_QUILOMBOLAS_Retificado_N1.pdf>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

⁴⁷ Processo seletivo especial quilombola. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2019/5fbfde4239423f0ac6350622d890e771.pdf>>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

Além da PNAES, como forma de diminuir as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o Programa Bolsa Permanência foi criado pela Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$400,00 (quatrocentos reais). Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades pertinentes à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal de 1988.

Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal⁴⁸. (MEC, 2013, p. 9).

O recurso é pago diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício. Atualmente o valor é de R\$ 900,00 para estudantes indígenas e quilombolas e R\$ 400,00, para os demais. No IFNMG existe um regulamento sobre o Acesso e o Acompanhamento do PBP. No regulamento está estipulada a criação de uma comissão interdisciplinar, para análise e avaliação da documentação, em cada campus, para averiguar a condição de pertencimento étnico dos estudantes indígenas e quilombolas, e acompanhar os estudantes no processo de adaptação acadêmica. A comissão conta com servidores da instituição e representantes da sociedade civil.

As informações sobre os bolsistas do PBP são registradas em um formulário de acompanhamento e avaliação do programa e os bolsistas têm deveres, como, frequência mínima de 75% em todas as disciplinas, cursar, no mínimo 02 disciplinas por período e comparecer às reuniões ou acompanhamentos convocados pelo setor responsável pelo PBP no *Campus*⁴⁹.

⁴⁸Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68871-manual-gestao-pbp&category_slug=programa-bolsa-permanencia&Itemid=30192%20class=doclink>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

⁴⁹ Regulamento sobre o acesso e acompanhamento do Programa de Bolsa Permanência do MEC. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/programadebolsapermanencia>>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

Contudo, é preciso reconhecer que o auxílio econômico por si só, além de estar aquém das demandas dos estudantes quilombolas, não pode se configurar como estratégia eficaz de manutenção do aluno nos cursos de graduação, haja vista que o aluno precisa ter o sentimento de pertencimento, acolhimento e realização acadêmica que o permita ter perspectivas de se tornar agente de transformação social, especialmente em sua comunidade de origem.

Para além das ações de cunho econômico, os NEABIs nas Instituições públicas se responsabilizam por trabalhar os diferentes aspectos históricos e culturais que resultaram na formação da população brasileira. Os NEABIs exercem ações voltadas para a construção da cidadania e valorização da identidade étnico-racial, buscando eliminar as barreiras atitudinais que dificultam a inclusão, através do fortalecimento da luta e da resistência para a manutenção e ampliação dos direitos.

Os Núcleos buscam promover o fortalecimento da luta e resistência, valorizar a população negra, garantir e ampliar direitos por meio de iniciativas acadêmicas que orientam a formulação de políticas voltadas para a erradicação do racismo e da discriminação. (MATTOS, 2016, p. 5)

Os NEABIs têm como finalidade:

[...] promover a discussão das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, de forma a contribuir para a promoção da equidade racial, bem como assessorar na inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, nos termos da Lei nº 11.645/2008⁵⁰ e da Resolução CP/CNE nº 01/2004, pautada na construção da cidadania, por meio da valorização da identidade étnico-racial, especialmente de negros, afrodescendentes e indígenas. (IFNMG, 2016, p. 2).

No IFNMG *Campus* Araçuaí, o NEABI foi criado em 2016 e tem em sua composição servidores docentes e técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade externa. Entre outras atividades, promove e articula ações que buscam a garantia da dignidade dos grupos étnicos, como ciclo de debates, seminários, palestras, cursos, projetos

⁵⁰ Lei nº 11.645, de 10 março de 2008: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

que envolvam também as comunidades. Essas ações contribuem para a permanência dos estudantes e a afirmação da identidade étnico e valorização da sua história.

São apresentadas no quadro abaixo as principais ações relacionadas às questões quilombolas desenvolvidas pelo NEABI do IFNMG *Campus* Araçuaí entre os anos de 2017 e 2019. As ações realizadas nos anos anteriores não foram apresentadas por falta de registros. As ações do Núcleo têm por objetivo a valorização e o reconhecimento da identidade negra. Essas ações perpassam encontros no *campus*, rodas de conversas, seminário até o mapeamento de comunidades.

Quadro 06 - Ações desenvolvidas pelo NEABI do IFNMG *Campus* Araçuaí entre os anos de 2017 e 2019.

Data	Ações desenvolvidas pelo NEABI
25 de novembro de 2017.	Encontro de comunidades quilombolas no IFNMG <i>Campus</i> Araçuaí
25 de abril de 2018.	Roda de conversa Povos e Comunidades Tradicionais: Território, Identidade e Cultura.
10, 11 e 12 de agosto de 2018.	I Ciclo de Formação do NEABI ⁵¹ : Os novos caminhos passam pelo coração dos antepassados.
04, 05 e 06 de dezembro de 2018.	II Ciclo de Formação do NEABI: “Sabenças e Ancestralidade Negra”.
28 de novembro de 2018.	Cultura Hip Hop – Batalha do “Kiau”.
13 de setembro de 2018.	Minicurso: Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais.
Novembro de 2018.	Palestras sobre a Consciência negra no <i>Campus</i> e no Arraial dos Crioulos – Araçuaí /MG.

⁵¹ I Ciclo de Formação do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) - IFNMG / *Campus* Araçuaí. Disponível em: < <http://museus.cultura.gov.br/evento/3547/>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

13 e 14 de outubro e 22 e 23 de novembro de 2018.	Participação e apoio no curso de formação para mulheres quilombolas no município de Chapada do Norte /MG.
Novembro de 2018.	Projeto de Pesquisa: Desafios da Implementação da Lei 12.711 /2012 – Ações Afirmativas no IFNMG / <i>Campus Araçuaí</i> .
Início em agosto de 2018.	Coordenação Local do Programa Interinstitucional Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais em parceria com a Comissão Pastoral da Terra – CPT e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
24 e 25 de julho e 10 e 11 de novembro de 2018.	Oficina de formação: Direitos dos povos e comunidade tradicionais em Turmalina /MG e Berilo /MG.
Janeiro de 2019.	Trabalho de campo nas comunidades quilombolas de Chapada do Norte/MG.
30 de março de 2019.	Participação no 1º Encontro de Comunidades Quilombolas do Médio Jequitinhonha.
22 e 23 de março de 2019.	Oficina de Direitos de Araçuaí.
Início em de maio de 2019	Curso FIC O Vale do Jequitinhonha: Dinâmicas de Expropriação e Exploração e a Constituição de Territórios de Luta e Resistência.

Fonte: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Afro-brasileiros e Indígenas _ IFNMG *Campus Araçuaí*

Figura 4 - Encontro de comunidades Quilombolas no IFNMG Campus Araçuaí



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

As políticas de assistência estudantil devem voltar-se para a permanência dos estudantes e para o oferecimento de condições para que eles concluam o curso de forma eficaz. O acesso ao curso superior foi ampliado, a política estudantil contribui para a permanência dos estudantes, mas é preciso avançar no sentido de considerar e acolher os diferentes perfis dos estudantes e tornar as instituições lugar de acolhimento dos diferentes grupos étnico-raciais, consagrando-as como espaço de acolhimento à diversidade e de motivação dos discentes para se tornarem cidadãos críticos, participativos e com potencial para transformar a sua própria realidade e de sua comunidade.

A análise das práticas, ações, estratégias utilizadas (políticas públicas e institucionais) já realizadas, possibilita a compreensão do lugar que é ocupado e a possibilidade de propor novas estratégias, para que para além da permanência, a Instituição ofereça uma formação qualificada, que implique na inserção dos sujeitos (estudantes quilombolas) em outros espaços sociais, numa perspectiva de transformação da realidade social.

4.3 Recomendações para ampliação do acesso e permanência dos estudantes quilombolas nos cursos superiores do IFNMG *Campus* Araçuaí

Diante do relatório apresentado com as políticas de acesso e as ações para permanência no IFNMG Campus Araçuaí, considerando a trajetória dos sujeitos da pesquisa, a localização do IFNMG Campus Araçuaí, o número de comunidades quilombolas em seu entorno e a importância das políticas públicas de ações afirmativas para a democratização do ensino superior, é preciso apontar novos caminhos no sentido de fortalecimento e garantia das políticas públicas de ações afirmativas existentes com a proposição de ações institucionais que potencializem a efetivação dessas políticas. As recomendações que serão elencadas, foram feitas a partir do estudo do histórico da Instituição no sentido de reconhecer a necessidade da inclusão das minorias em um espaço, ainda tão excludente.

Após o trabalho realizado, constata-se a existência de 66 comunidades certificadas e algumas em processo de certificação pela Fundação Palmares na área de abrangência do IFNMG *Campus* Araçuaí. Isso sinaliza a necessidade de políticas específicas para a população quilombola. A introdução de políticas que ampliem essa participação é necessária “[...] nos espaços em que a diferença não é neutralizada pelo igualitarismo universalista”. (VÈRAN, 2013 p. 367).

A primeira recomendação relaciona-se ao acesso, considerando o número de comunidades quilombolas da região e o quantitativo de comunidades que ainda não tem representação nos cursos superiores da Instituição. É indicada uma maior divulgação dos processos seletivos nas comunidades remanescentes de quilombos e a oferta de um edital específico voltado para jovens quilombolas, a exemplo de outras instituições já citadas na pesquisa.

A divulgação dos processos seletivos poderia ser feita em parceria com o NEABI, a COQUIVALE e secretarias municipais de Educação dos municípios envolvidos. No processo de divulgação é imprescindível a apresentação das políticas de permanência já existentes na instituição, pois o desconhecimento dessas políticas contribui para aumentar a distância entre ensino superior e os jovens das comunidades quilombolas.

Os editais específicos “[...] representam conquistas dos movimentos sociais e vem ao encontro das políticas de ações afirmativas que visam à reparação histórica dos negros e indígenas na sociedade brasileira.” (CONAQ, 2020, p. 1).

Para realização do processo para elaboração do edital, poderia ser criada uma comissão pelo IFNMG Campus Araçuaí com o envolvimento do NEABI e de líderes das comunidades envolvidas no processo, para definição dos cursos a serem contemplados, número de vagas, dentre outros aspectos.

Nesse sentido, poderiam ser adotados, os seguintes critérios para participação no processo seletivo:

- a) O aluno ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública;
- b) ter concluído, até a data da matrícula, os estudos relativos ao ensino médio ou equivalente e apresentar comprovação no ato da matrícula;
- c) não ter cursado e concluído nenhuma graduação;
- d) autodeclarar-se e comprovar sua condição de morador de comunidades remanescentes de quilombos.

Ainda na perspectiva de maior inclusão, é importante que sejam estabelecidas parcerias, como a cessão de espaço, para que o processo de seleção aconteça nas escolas das comunidades, facilitando, assim, a participação de um maior número de jovens. A Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT lançou edital de inclusão quilombola em agosto de 2017 e para a Professora Erivã Velasco: “É preciso compreender que este processo quer chegar onde as comunidades estão garantindo ampla participação dos quilombolas.” (UFMT, 2017, p.1).

A Universidade Federal de Pelotas – UFPEL oferece edital específico desde 2015 para estudantes quilombolas, considerando, dentre outros, o Decreto nº 6.049 de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Segundo Caballeira:

O ingresso de sujeitos de comunidades quilombolas na UFPEL é um fenômeno novo [...] os estudantes remanescentes de quilombos estabelecem novas relações e levam um novo tipo de vida, longe da família, dos amigos e da comunidade a qual pertencem, experimentando novas práticas e articulando novas identidades. (CABALLEIRA, 2018, p. 17).

Ainda em relação ao acesso à universidade, Campos (2016), analisa as trajetórias dos estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – UFPA, e aponta o ingresso nos cursos superiores como uma conquista, mas destaca que a população quilombola ainda enfrenta o preconceito e a falta de atividades acadêmicas que abordam a realidade quilombola.

Para Santos (2017), o acesso dos quilombolas aos cursos superiores, através de edital específico, representa uma conquista para o movimento quilombola nacional, para o movimento negro e para as comunidades tradicionais, que poderão ter seus filhos na universidade “[...] desmitificando muitos estereótipos que são construídos sobre eles/as, e sobretudo minimizando em alguma medida as desigualdades educacionais que recai sobre a sua trajetória e a de seus antecessores(as), além de serem grande motivo de orgulho e exemplo para suas comunidades.” (SANTOS, 2017, p. 102).

Como já evidenciado, a questão da permanência dos estudantes quilombolas nos cursos superiores é outro grande desafio. É necessário repensar as práticas cotidianas existentes, abrir espaço para o diálogo, para a valorização da cultura afrodescendente e para a diversidade de conhecimentos, buscando “[...] estratégias para a permanência que visam o rompimento de uma cultura e um saber dominante instituídos no espaço universitário e na ação coletiva”. (CAMPOS, 2016, p. 112).

Nesse sentido, após a matrícula dos estudantes poderia ser criada uma comissão de acompanhamento desses discentes, com a realização de ações para acolhimento como uma roda de conversa. Ela “[...] permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, mediante diálogos internos, e, ainda, no silêncio observador e reflexivo.” (MOURA, 2014, p.99).

A roda de conversa poderia ser organizada a partir do envio de convite com antecedência aos estudantes, através de e-mail. Para início da roda faríamos uma dinâmica de apresentação objetivando que todos se sentissem mais seguros para participarem da atividade. Em seguida, os estudantes seriam convidados a falar das suas expectativas frente à instituição, os desafios enfrentados para estarem ali e um pouco da sua história na comunidade.

Além da conversa para acolhimento, outra poderia ser organizada ao final do semestre para que pudesse estabelecer um paralelo entre as expectativas apresentadas no início

do ano letivo e as experiências vividas durante o semestre. Um planejamento poderia ser organizado a partir dos depoimentos para reorganizar as ações, redirecionar os caminhos a serem percorridos.

A segunda recomendação seria de um registro específico de estudantes quilombolas no ato da matrícula, para uma melhor identificação desses estudantes. O registro de pertencimento ou não às comunidades quilombolas permitiria à instituição o trabalho com dados mais precisos e a realização de outras “leituras”. Isso porque, sem essa informação, não é possível verificar, por exemplo, se todos os estudantes quilombolas são participantes do PBP.

Como recomendações adicionais, ressalta-se a importância do acompanhamento dos estudantes quilombolas com registros dos índices de desempenho, aprovação, retenção e desistência e a necessidade de fortalecer e intensificar estratégias do NEABI, como a realização de seminários e ciclos de formação, para informar, formar e acolher as demandas das comunidades. A sugestão é que as ações do NEABI extrapolem os muros da Instituição e envolvam a comunidade, fortalecendo assim, os vínculos entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade.

Envolver os estudantes quilombolas nas ações é imprescindível para promover o sentimento de pertencimento à instituição, fortalecer o propósito de valorização da cultura afro-brasileira e reconhecer as comunidades e toda sua história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se apresenta como um convite a refletir sobre a condição dos remanescentes de quilombos e o acesso aos direitos sociais, mais especificamente, o direito à educação. Nesse sentido, foi apresentada brevemente a história da formação dos quilombos, passando pela formação dos quilombos no Vale do Jequitinhonha. Além disso, foi feito o exame da origem das ações afirmativas, os desafios e as críticas que elas recebem.

As políticas de ações afirmativas possibilitam a entrada e a permanência nos cursos superiores de uma parcela da população que sempre se manteve à margem dos processos. Através do histórico relatado, foi possível perceber como os negros foram tratados desde a sua chegada ao Brasil, suas lutas e suas conquistas e o quanto seus direitos foram negados.

Portanto, ao considerar o histórico e a negação de direitos da população negra, tal como o acesso à educação, ratifica-se a importância das políticas públicas e institucionais para a democratização do ensino superior, com um recorte específico para o acesso dos estudantes quilombolas. Elas representam um importante passo para que grupos segregados tenham seus direitos reconhecidos.

Entretanto, ficou evidenciado que existem polêmicas relacionadas às cotas, como os defensores das políticas universalistas. Considerou-se que elas não se aplicariam ao contexto do país, pois para a aplicação das políticas universalistas é primordial a equiparação de direitos e oportunidades entre negros e brancos. Somente quando assim ocorrer e que poderá ser defendida uma educação de qualidade para todos, sem recortes específicos.

Nesse sentido, as instituições públicas e, particularmente, o IFNMG Campus Araçuaí, precisam fortalecer as práticas existentes e buscar novas possibilidades para ingresso, permanência e êxito desses estudantes.

Se considerada a localização do IFNMG Campus Araçuaí e o número de comunidades quilombolas existentes em sua área de abrangência, ainda é tímida a sua política de acesso oferecida, o que justifica a recomendação de um edital específico para o acesso da população quilombola aos cursos superiores da Instituição.

Com relação ao acesso, os dados apresentados na pesquisa evidenciam uma ampliação no número de estudantes e de comunidades quilombolas no IFNMG e no IFNMG Campus Araçuaí, entre os anos de 2015 e 2019, mesmo não existindo política específica para

tal. Das 66 comunidades certificadas, 20 têm estudantes matriculados nos cursos superiores do IFNMG Campus Araçuaí, representando 30,3 % do total.

É preciso ampliar os índices de participação de estudantes e comunidades através da oferta do edital específico para acesso de estudantes quilombolas e fortalecer, cada vez mais, ações que promovam a integração entre universidade e comunidade.

Para Caballeira (2018), a integração permite que outros membros da comunidade se sintam reconhecidos e possam “[...] constatar através desta política que suas lutas já estão apresentando resultados, motivando-os a seguir em busca de melhores condições de vida.” (CABELLEIRA, 2018, p. 93).

Em relação à permanência, uma das limitações da pesquisa diz respeito à ausência de registros de acompanhamento dos estudantes quilombolas. Os registros de acompanhamento com indicação de desempenho, aprovação, reprovação e desistência dos cursos são fundamentais para avaliar o impacto das ações desenvolvidas e organizar o planejamento de novas ações.

Outro ponto já levantado, refere-se à ausência de informação no ato da matrícula sobre a condição do aluno de ser ou não pertencente à comunidade remanescente de quilombo. Esse dado, aparentemente simples, possibilita à Instituição identificar os seus estudantes quilombolas. É importante ratificar que o número de estudantes quilombolas apresentados nessa pesquisa foi obtido a partir das informações do Programa de Bolsa Permanência. Se algum aluno quilombola não for beneficiário do programa, ele não aparece nos dados.

Ao finalizar o trabalho, conclui-se que a pesquisa ainda precisa ser ampliada e que é preciso avaliar o impacto das políticas de ações afirmativas para o acesso ao ensino superior na vida dos sujeitos e na vida da sua comunidade. Muitas perguntas precisam ser feitas, tais como: Como os membros da comunidade se sentem com o ingresso de um dos seus jovens em uma instituição de ensino superior? Existem outros jovens da comunidade matriculados em uma instituição de ensino superior? Quais as expectativas criadas? Essas e muitas outras indagações poderiam ser questões de uma pesquisa futura.

Além disso, é sabido das novas possibilidades e da certeza de que não se pode retroceder. É preciso avançar na luta para a conquista dos direitos e, particularmente, do direito à educação, já garantido nas leis existentes, mas ainda por efetivar-se integralmente na prática.

A realização da pesquisa muito contribuiu para a minha formação pessoal e profissional, ampliando o meu olhar para a importância das ações institucionais na efetivação das políticas públicas.

Sinto-me mais motivada e melhor preparada para propor e realizar, como pedagoga, um trabalho de acompanhamento dos estudantes beneficiários das ações afirmativas e, mais especificamente, os estudantes quilombolas matriculados no IFNMG.

Além disso, as reflexões suscitadas muito contribuíram para um repensar das práticas pessoais e das práticas da Instituição em que trabalho, além de fomentar questionamentos para a construção de novos olhares sobre os sujeitos supracitados.

Com a conclusão da pesquisa, uma cópia da dissertação será enviada ao IFNMG Campus Araçuaí e será solicitada uma reunião com o Conselho Gestor do campus para apresentação do trabalho e das recomendações aqui constantes, contemplando um dos vieses do Programa das pesquisas interdisciplinares que seria voltar-se para seu campo de objeto da pesquisa, devolvendo para a sociedade os resultados da investigação.

Nesse contexto, como pesquisadora e servidora do IFNMG, será possível participar da organização e implementação das ações que poderão ser efetivadas, contribuindo para a construção de uma instituição mais inclusiva e aberta à diversidade.

Destarte, entendo que essa pesquisa muito contribuirá para uma análise crítica das possibilidades de ampliação do acesso dos estudantes quilombolas no IFNMG Campus Araçuaí, considerando o número significativo dessas comunidades no seu entorno, que hoje somam o número 66.

No que se refere à permanência, a pesquisa sinaliza para a necessidade de aprimorar as estratégias, as ações de acompanhamento aos estudantes quilombolas e propor ações de intervenção. É imprescindível que os dados apresentados sejam considerados de modo a possibilitar a construção de uma instituição mais inclusiva e mais plural e que a pesquisa contribua para ratificar a importância das políticas de ações afirmativas para grupos específicos, como os quilombolas, em um país marcado por exclusões e negação de direitos.

Diante de tudo que foi mostrado na pesquisa, fica a certeza de que muitas conquistas já foram efetivadas e que elas se devem à organização de grupos que se indignaram com a

situação apresentada, seja nos processos de aquilombamentos, seja na luta dos movimentos negros. Todas as conquistas foram resultado da indignação e da resistência de muitos.

É fato que ainda há muito que ser feito para constituir uma sociedade minimamente igualitária, mas os caminhos estão abertos e o desejo é que essa pesquisa, somada a tantas outras que se enveredam por esse caminho, contribua para que haja uma sociedade mais justa, mais compassiva e menos desigual. Que os direitos sejam garantidos e que não se use o discurso da “meritocracia” para pontos de partida tão díspares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos – identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV e ABA, 2002.

BARROS, José D'Assunção. **A Construção Social da Cor. Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2012.

BAYNA, Fátima. **Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, abr./jun. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887/2003, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm> Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 23 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei 3.353 de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 18 de jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 de jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 18 de jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepções e diretrizes**. MEC/SETEC, Brasília, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68911-portaria-389-09052013&category_slug=programa-bolsa-permanencia&Itemid=30192>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-n%C2%B098-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>>. Acesso em: 18 de jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II)**. Brasília, p. 16, 2002. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH2.pdf>>. Acesso em 21 de set. de 2019.

CABELLEIRA, Mariana Dias. **As identidades dos alunos quilombolas da Universidade Federal de Pelotas: trajetórias, construções e articulações**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia, Sociologia e Filosofia da Universidade Federal de Pelotas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

CAMPOS, Laís Rodrigues. **Do Quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – Campus Belém quanto à permanência**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARNEIRO, Sueli. Ideologia Tortuosa. In: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos** (pp. 117-122). Rio de Janeiro: Takano Editora Gráfica, 2003.

CARVALHO, José Jorge e SEGATO, Rita Laura. **Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília**. In: Série Antropologia, 314. Brasília, 2002.

CASTRO, Clóves Alexandre de. **Cursinhos alternativos e Populares: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente/SP: Unesp, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89799/castro_ca_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

CEDEFES, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI: História e Resistência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Projeto Quilombos Gerais**. CEDEFES: 2007.

CONAQ – Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Nota de Repúdio**. Disponível em: < <http://conaq.org.br/noticias/nota-de-repudio-3/>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

CORREIA, Rosa Lúcia Lima da Silva. Como os Nêgos dos Palmares: **Uma Nova História de Resistência na Serra da Barriga-AL**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Disponível em:<

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3621038>. Acesso em: 04 de jan. de 2020.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da escolarização do negro. In: ROMÃO, Geruse. **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista Brasileira de Educação, 2005, n.29, pp.164-176. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13.pdf>>. Acesso em: 01 de set. de 2019.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo nº 23. p.100-122. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

DOMINGUES, Petrônio. O Movimento Negro e Educação: alguns subsídios teóricos. In: MARCON, Frank.; SOGBOSI, Hippolyte Brice (Orgs.). **Estudos Africanos, História e Cultura Afro-Brasileira: Olhares sobre a Lei 10639/03**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1 e v.2.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Fundação João Pinheiro. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha**. Volume 1: estratégias e ações. Belo Horizonte, 2017. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76776&codUsuario=0>>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **Ações afirmativas**. 2011. Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>>. Acesso em: 05 de set. de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.) **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa, Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In: SEYFERTH, Giralda. et all. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Petrópolis; ABONG, 2002.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas. In GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo, HUNTLEY, Lynn (orgs): **Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**. Aletria, Belo Horizonte Minas Gerais, v. 9, n. 1, p. 24, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Étnico-Racial: Por um projeto Educativo Emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves de; FERNANDES, Alessandra Borges (Orgs.). **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. **A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional**. Espaço e

Economia. n. 9. 2016. Disponível em: <
<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>>. Acesso em 24 de maio de 2020

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HANSEBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. Texto para discussão nº 807. IPEA, 2001, Disponível em:
 <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_0807.pdf>. Acesso em: 19 de jul. de 2019.

IFNMG. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI - Vigência de 2019 a 2023**. Disponível em:
 <[file:///E:/Desktop/PDI_2019_2023_Resolu%C3%A7%C3%A3o_Consum_n59_2008_Codir%20\(1\).pdf](file:///E:/Desktop/PDI_2019_2023_Resolu%C3%A7%C3%A3o_Consum_n59_2008_Codir%20(1).pdf)>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

IFNMG. **Regulamento do núcleo de estudos, pesquisas e extensão afrobrasileiros e indígenas do instituto federal do norte de minas gerais – NEABI / IFNMG**, 2016. Disponível em:
<file:///E:/Desktop/Regul.%20%20NEABI%20%20IFNMG%20%20revisado%20final.pdf>>. Acesso em; 28 de out. de 2019.

IFNMG. **Regulamento sobre o acesso e acompanhamento do Programa de Bolsa Permanência do MEC**. 2019. Disponível em: <
<https://www.ifnmg.edu.br/programadebolsapermanencia>>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

IPEA. **A cada três assassinados dois são negros, aponta estudo do Ipea**. Disponível em:
 <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20248>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

IPEA. **Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**. Disponível em:
 <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=30253>. Acesso em: 19 de jul. de 2019.

JANOARIO, Ricardo de Souza. **A Coragem da Verdade: Acesso, Permanência e Política de Ação Afirmativa para Negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na Visão dos Gestores**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=133253#>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Acesso e Permanência de Negros no Ensino Superior: o caso da UFBA**. In: Lopes, Maria Auxiliadora; Braga, Maria Lúcia de Santana. (Org.). Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior. 1ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos Quilombos**. Caderno De Debates Nova Cartografia Social, Manaus, Vol. 01, Nº. 02, p. 17, UEA Edições, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas**. Etnografia, Vol. IV (2), p. 333-353, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 139, maio 1999.

LEWANDOWSKI, Ricardo. **Íntegra do voto do ministro Ricardo Lewandoski na ADPF sobre cotas**. Brasília, DF: STF, 2012.

LIMA, Diniz Gerson; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. **Economia solidária e as comunidades rurais quilombolas de macuco e pinheiros: Alto Jequitinhonha**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, p.1-30.

Disponível em: <http://docplayer.com.br/60391803-Economia-solidaria-e-as-comunidades-rurais-quilombolas-de-macuco-e-pinheiros-alto-jequitinhonha-1.html#show_full_text>.

Acesso em: 21 de set. de 2019.

LIMA, Diniz Gerson; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. **(Re)significação e (re)invenção cultural quilombola: as espacialidades afro-brasileiras do Conjunto da Marujada e do Grupo Curiango no Vale do Jequitinhonha/MG**. GeoTextos, vol. 10, n. 1, jul. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/9954/8410>>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

LIMA, Kátia. **Contra-Reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **O PROUNI e a Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil**. Cadernos do GEA – n. 7, Rio de Janeiro: FLACSO, 2015. Brasil. Disponível em <http://flacso.org.br/files/2016/06/caderno_gea_n7_digitalfinal.pdf>. Acesso em 29 de nov. de 2019.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O pomo da discórdia: sobre as cotas raciais e o debate da UERJ. In: FRY, Peter, MAGGIE, Yvonne, MAIO, Chor, MONTEIRO, Simone, SANTOS, Ricardo Ventura. **Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Tadeu. A construção de um movimento cultural. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org). **Vale do Jequitinhonha: Cultura e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Pró-Reitora de Extensão da UFMG, 2012.

MEC. **Educação para as relações Étnico-raciais**. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

MEC. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68871-manual-gestao-pbp&category_slug=programa-bolsa-permanencia&Itemid=30192%20class=doclink>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In: Santos, S.A. (Org). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MELLO, M. A. **Íntegra do voto do ministro Marco Aurélio Mello na ADPF sobre cotas**. Brasília, DF: STF, 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186MMA.pdf>>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.

MILES, Robert & BROWN, Michael. Racism. Londres: Taylor & Francis, 2004. In: Silva, André Luís Vitorio da. **Relação de poder na política estadual para quilombos – A experiência do Quilombo Rio dos Macacos (2014 a 2018)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia _ UFBA: Salvador 2019. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/114280273-Universidade-federal-da-bahia-escola-de-administracao-eaufba-nucleo-de-pos-graduacao-em-administracao-npga-andre-luis-vitorio-da-silva.html>>. Acesso em: 01 de jan. de 2020.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte. Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Diva. Reflexões sobre mudança sócio-racial no Brasil. In: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos** (pp. 63-92). Rio de Janeiro: Takano Editora Gráfica, 2003.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, Clóvis. **Rebelião na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Niza. (Orgs). **O negro na**

universidade: o direito a inclusão. 1. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 7-19.

MUNANGA, Kabengele. Constitucionalidade das políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras na modalidade de cotas. *In*: SILVÉRIO. Valter Roberto Silvério (org.). **As cotas para negros no tribunal: a audiência pública do STF.** São Carlos: Edufscar, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *In*: **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Antonio Luiz do. **No entrechoque da educação básica com a educação superior: cursinhos militantes.** *In*: *Uniciências*, vol. 7, 2003.

OLIVEIRA, Geisa Cadilhe de. **Políticas de ação afirmativa para quilombolas: a inclusão das cotas específicas.** Brasília: Publicações da Escola da AGU - Pós-Graduação em Direito Público - UnB v. II, 2011. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/1733-3858-1-SM%20\(4\).pdf](file:///D:/Downloads/1733-3858-1-SM%20(4).pdf)>. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** – Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1274/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1>>. Acesso em 23 de maio de 2020.

PAIVA, Angela Randolpho. **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, França e África do Sul.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **O fim dos ‘Cem Anos de Solidão’ em direitos humanos: ações afirmativas na reconstrução das identidades condenadas ao silêncio.** Fortaleza, 2005. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/034.pdf>>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** 2010. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.) **História da Cidadania.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas**. Estudos Feministas, Florianópolis. 2008.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. In: **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

PORTILHO, Luiz; SCHUINDT, Renan. **Projeto de lei pretende acabar com cotas em universidades do Estado**. Jomal O Dia. Rio de Janeiro, 09 de maio de 2019. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5640615-projeto-de-lei-pretende-acabar-com-cotas-em-universidades-do-estado.html#foto=1>>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

REIS, Dyane Brito. Acesso e Permanência de Negros no Ensino Superior: o caso da UFBA. In: Lopes, Maria Auxiliadora; Braga, Maria Lúcia de Santana. (Org.). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. 1. ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para Além das Cotas: A Permanência de Estudantes Negros no Ensino Superior como Política de Ação Afirmativa**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: _____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Jocélio Teles dos. 2012. Ações afirmativas. In: Antônio Carlos de Souza Lima (coord.). **Antropologia & Direito. Temas Antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra-Capa/LACED/ABA. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3989768/mod_resource/content/1/Livro%20Antropologia%20%20Direito%20C%202012%20%28miolo%29.pdf>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Ações afirmativas. In Antônio Carlos de Souza Lima (coord.). **Antropologia & Direito. Temas Antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra-Capa/LACED/ABA, 2012.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento negro e a crise brasileira. **Política e Administração**. Rio de Janeiro. v.2, n.2, p.287-307, jul./set. 1985.

SANTOS, Normando Batista. As Políticas Públicas e a Questão Social. In Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos** (pp. 111-116). Rio de Janeiro: Takano Editora Gráfica, 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2005.

SANTOS, Thaís Calixto. **Universidade, Território e Emancipação: Quilombolas Estudantes no Ensino Superior**. Dissertação de Mestrado em estudos interdisciplinares sobre a Universidade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *In: Estudos avançados*, São Paulo, vol 8, n. 20, abr. 1994.

DOI : [10.1590/S0103-40141994000100017](https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100017). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017>; Acesso em 05 de jan. de 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. & QUEIROZ, Renato da S. (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a di-visão pela pobreza e sua resignificação pela identificação regional**. 2012. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense - UFF. Rio de Janeiro, 2012.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de Região? O espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Claudia Oliveira. **O acesso à universidade e o destino social de ex-alunos de cursinhos populares**. Campinas, São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/180.pdf>>. Acesso em 21 de set. de 2019.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha**. Unimontes Científica Montes Claros, v. 5, n. 2, 2003.

SYDOW, Evanize & FOGAÇA Sérgio. **Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória**. 1. ed. São Paulo: Nota Musical Comunicação, 2017.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TORRES, Lilian de Lucca. **Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário 'Homo sapiens 1900' de Peter Cohen**. PONTO URBE, Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, v. 2, 2008.

VÈRAN, Jean-François. Uma pragmática das ações afirmativas na França e nos Estados Unidos. *In: PAIVA, Angela Randolpho. Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, França e África do Sul*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas.** Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n.1, p. 149-174, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10298/9569>. Acesso em 21 de set. de 2019.